



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

25 de Abril de 2014





Assembleia Municipal

## ACTA N.º2

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelos Senhores Deputados Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias e Mário Pereira Gonçalves, na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

### **SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:**

-----Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Eugénio Tavares Fróis, Mário Pereira Gonçalves, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Elisabete Simões Oliveira, Cristina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Horácio Lisboa Afonso, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Carla Maria Travassos Rodrigues, Patrick António Wende Dias da Cunha, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Ana Rita da Silva Gonçalves, Rita Sofia Gaspar Marques, Rui Martins Portugal. -----

### **SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:**

-----Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel Antunes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Ricardo Lopes Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nunes do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Ermelindo Carmo Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Sarzedo, José



Assembleia Municipal

Manuel Figueiredo Martins e Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel da Conceição Costa. -----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça Lopes, António Sêco, Eduardo Miguel Ventura e João Pedro Pimentel, acompanhados pela Técnica Superior de Direito, Inês Anjos. -----

-----O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações das faltas dos Senhores Deputados Arménia Maria Morgado Coimbra, António Gonçalves Cardoso e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, Fernando Ferreira Simões. -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Mário Garcia Ribeiro** que, depois de cumprimentar os presentes, referiu que a sua intervenção era no sentido de manifestar o desejo de pôr em prática um projecto na Quinta do Mosteiro, que tem a ver com equitação. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** que, depois de cumprimentar os presentes, saudou toda a Assembleia e manifestou o seu regozijo por a Assembleia se realizar exatamente no dia 25 de Abril, no dia em que se celebram quarenta anos da revolução dos cravos. -----

-----Sobre a manifestação do desejo de instalar um projeto na Quinta do Mosteiro, do Senhor Mário Garcia Ribeiro, informou que tem havido um conjunto de manifestações de interesse de empreendedores, pessoas que querem investir na Quinta do Mosteiro, para desenvolver projetos de natureza agrícola e de outras naturezas, sempre ligados ao potencial agrícola e sempre ligados o conjunto de oportunidades que a Quinta do Mosteiro pode suscitar, como era o caso da equitação, que o Senhor Mário Garcia Ribeiro transmitiu. Acontece que uma parte desses terrenos está ainda em posse do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a qual estamos em conversações, no sentido de poderem ser libertados e depois, naturalmente havendo vários interessados e em nome da transparência e do cumprimento das normas legais em vigor, será feito um concurso de natureza pública para escolher os projetos empreendedores que melhor se adequem ao espaço e que sejam mais geradores de emprego para o concelho. -----



Assembleia Municipal

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1- Leitura do expediente. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** dizendo que a correspondência com maior relevância recebida na Mesa da Assembleia tinham sido uns pedidos de informação do Senhor Deputado António João Lopes, que foram encaminhados para a Câmara Municipal e outros para os Senhores Deputados e também um ofício do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Ambiente que tinha sido fotocopiado e distribuído a todos os Senhores Deputados.-----

### 2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 15 de Fevereiro de 2014. -----

-----A acta foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

### 3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida** para dizer, *"início a minha intervenção, manifestando o meu profundo desagrado com a ausência de investimentos considerados prioritários para o desenvolvimento da nossa região, patentes no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+), resultante do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA). Tema que tive inclusive, ocasião de suscitar na última Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra.* -----

----- Considerando que: -----

----- A aprovação de um conjunto de 59 investimentos prioritários a concretizar nos próximos oito anos, que envolvem um investimento global de 6.067 milhões de euros, a maioria dos quais nos setores marítimo-portuário e ferroviário, tendo a rodovia apenas 15% do valor de investimento; -----

----- Embora lamentando a ausência da beneficiação da EN342 – ligação Côja-Arganil-Góis-Lousã do referido documento, era expectável a falta de enquadramento com base nos critérios estabelecidos pela União Europeia; -----

----- A inclusão da conclusão do IC6, ou no limite, o seu prolongamento aos itinerários complementares da Serra da Estrela, seria expectável que constasse nas IEVA. Atendendo ao volume de exportações dos concelhos abrangidos por este eixo rodoviário, o qual é superior ao custo efetivo da obra, a sua realização seria encarada como compensação do esforço tido pelas empresas da região, promovendo a coesão económica e territorial, reduzindo assimetrias e contribuindo para o crescimento económico; -----



Assembleia Municipal

----- O IP3 entre Coimbra e Viseu, embora com um investimento previsto de 600 milhões de euros só avança com investimento privado, tudo levando a crer que não será uma realidade num futuro próximo.-----

----- Em suma, a exclusão de todas as infraestruturas e a ausência de investimento nestas vias estruturantes, constituem forte revés no combate à desertificação, diminuindo a competitividade de toda a região, frustrando as expectativas dos Arganilenses.-----

----- Termino este ponto, apelando fortemente à união de todos contra o esvaziamento evidente da importância de Coimbra no contexto nacional, por parte dos nossos decisores, do atual e anteriores governos, sem quaisquer partidarismos, na defesa dos superiores interesses das populações de toda a região de Coimbra.-----

----- O segundo ponto da minha intervenção, é sobre o denominado processo das Redes de Nova Geração e a perceção que têm hoje, a população e empresas sediadas no concelho para a realidade da exclusão de Arganil, a todos os níveis lamentável, prejudicando possíveis investimentos, aumentando o sentimento de indignação.-----

----- Em pleno ano de 2014, o concelho de Arganil é hoje uma ilha com débitos de baixa velocidade, quando todos os concelhos limítrofes beneficiam de comunicações eletrónicas de alta velocidade. Comprovando-se, assim, os receios oportunamente demonstrados e trazidos a esta Assembleia Municipal."-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha**, dizendo, "começo por saudar todas as pessoas aqui presentes e também quero começar por vos dizer que me sinto particularmente honrado por, em nome da bancada socialista, poder partilhar algumas palavras acerca de uma data que me é muito querida. Estou, obviamente, a referir-me ao dia 25 de Abril de 1974.-----

----- É verdade que os ideais de Abril representam coisas diferentes para pessoas diferentes. Portanto, a minha abordagem será necessariamente subjetiva e fortemente influenciada pelo meu sistema de valores. Mas há um ideal, um valor fundamental que, estou convencido, nos une a todos os que estão presentes nesta sala. Falo do valor da liberdade. E é com essa abordagem consensual que decidi começar este meu breve apontamento.-----

----- Nós estamos, hoje, aqui, por causa do 25 de Abril. Afinal, estamos num órgão, a Assembleia Municipal, que, é bom lembrar, não existia antes do 25 de Abril de 1974. Por causa do 25 de Abril, cada um de nós pode expor, nesta Assembleia, as suas ideias, livremente, sem medo de ser preso, ou de ser marginalizado ou discriminado. Este simples facto é muitas vezes esquecido. Consideramos a liberdade um dado adquirido e não lhe damos o devido valor.-----

----- Por isso, o 25 de Abril não pode ser, apenas, mais um feriado, durante o qual fazemos um discurso de circunstância, ou mais uma data, cujo valor simbólico se vai perdendo com cada ano que



Assembleia Municipal

passa. -----

----- Por isso, é nossa obrigação passar este testemunho às gerações mais novas. Por isso, continua a fazer sentido prestar uma homenagem sincera e sentida a todos os que se bateram por restaurar a liberdade, a todos os que, ao longo destes 40 anos, ajudaram a consolidar o nosso regime democrático, e também a todos os que, ao nível do poder local, no passado como no presente, têm contribuído, com o seu saber e a sua dedicação, para melhorar a qualidade de vida dos Arganilenses.

----- Terminada esta primeira nota consensual em torno do valor da liberdade, gostava de abordar o 25 de Abril através de duas perspetivas menos pacífica. -----

----- A democracia faz-se, precisamente, de vontades desencontradas. É normal haver formas diferentes de celebrar o 25 de Abril e formas diferentes de viver o 25 de Abril no nosso dia-a-dia. Essas diferenças dão azo a conflitos. Esses conflitos são a essência das democracias. É dos conflitos que nasce o progresso e o desenvolvimento. Só nas ditaduras é que se vive, aparentemente, sem conflito, porque as vontades desencontradas são amordaçadas ou, pior do que isso, simplesmente ignoradas. -----

----- Felizmente, em democracia as vontades desencontradas não podem ser amordaçadas. Mas, infelizmente, em democracia as vontades das minorias continuam muitas vezes a ser ignoradas pelas maiorias. Continuamos a sentir na pele a interpretação excessiva do princípio democrático segundo o qual os interesses da maioria devem sobrepor-se aos interesses da minoria. No dia-a-dia, esse abuso de poder, esses excessos autoritários refletem-se, por exemplo, na censura de vozes discordantes por parte da nossa comunicação social, ou na forma como os nossos governantes ignoram sistematicamente, as questões que lhes são colocadas. -----

----- Por isso, também convém, hoje, lembrar que uma democracia não é uma ditadura da maioria.--

----- Respeitar as minorias, dando-lhes voz, é, também, uma das heranças de Abril. -----

----- Por último, não podia deixar passar esta oportunidade sem uma brevíssima nota acerca destes três últimos anos, que têm sido devastadores para o nosso país, e que têm minado um dos pilares de qualquer regime democrático, ou seja, a confiança dos cidadãos no estado de direito. Justifica-se este tempo de brutal austeridade com a necessidade de recuperar a confiança dos mercados e dos credores. Mas eu pergunto: E a confiança dos cidadãos? A confiança no estado de direito? Porque razão o direito dos credores se sobrepõe de forma inquestionável ao direito dos pensionistas, dos desempregados e dos cidadãos menos protegidos em geral? Não foi para isto que se fez o 25 de Abril. -----

----- Termina com uma nota de esperança: sei que há muitos simpatizantes e até militantes dos partidos da maioria que estão em total desacordo com as políticas do atual Governo. Espero que, nas



Assembleia Municipal

*próximas eleições legislativas, os votos dos Arganilenses contribuam de forma significativa para acabar com o atual estado de coisas e ajudem a recuperar o espírito solidário de Abril.”-----*

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Franco** que, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a intervenção do Senhor Mário Ribeiro o tinha deixado com alguma esperança de que, finalmente, começam a surgir projetos para instalar nas magníficas instalações da Quinta do Mosteiro, sobretudo um projeto como a equitação, porque pelo que sabia, já existem infraestruturas, lamentava apenas que o Senhor Mário não tivesse referido mais aspetos do projeto como, o que é que ele representa ou quais são as ideias. Assim pedia ao Executivo que, à semelhança do que têm feito noutros projetos, fosse dada prioridade a estas iniciativas porque, para além de virem ocupar um espaço que está atualmente devoluto é com certeza uma mais-valia para o concelho e irá também criar alguns postos de trabalho. -----

-----Seguidamente manifestou a sua alegria pelo facto de ter sido marcada a Assembleia para este dia, porque é realmente feliz a iniciativa tendo em conta que estamos aqui hoje porque existiu o 25 de Abril, com certeza que, se assim não tivesse acontecido não estaríamos cá; contudo, é realmente uma alegria para mim em termos pessoais aqui estar e também porque foi o 25 de Abril que descentralizou um pouco o poder do estado, com o desenvolvimento das autarquias locais e com o aumento das competências das autarquias locais.-----

-----Quero também falar-vos de uma posição que eu também estou pessoalmente contra, nomeadamente a possibilidade do encerramento do serviço de finanças no concelho de Arganil, ou seja, é um contrassenso, porque realmente os objetivos do 25 de Abril foram precisamente progredir no sentido da aproximação da governação aos cidadãos, através do poder local e da descentralização dos serviços, contudo está-se a tomar uma decisão quanto a mim, muito errada, porque se está a contribuir fortemente com esta e outras medidas tomadas para a desertificação do interior do país, particularmente aqui em Arganil, as vozes que se ouvem é que está predestinado o encerramento da Repartição de Finanças de Arganil; como digo, não tenho essa certeza, penso que poucas ou nenhuma pessoas terão, mas, só pelo facto de haver essa possibilidade devemos preocupar-nos, até porque há bem poucos dias ouvi no noticiário que cerca de metade das repartições de finanças do país vão encerrar até ao final do próximo mês, ou seja, estamos a um mês de que isso aconteça e julgo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal terá mais qualquer coisa a dizer-nos acerca disto, saberá mais do que nós acerca disto, porque acredito que a trinta dias ou trinta e cinco dias disso acontecer, as autoridades locais já tenham de saber, perguntar em simultâneo o que tem sido feito para que isto não aconteça, se é que vai acontecer e em jeito de antecipação, porque as coisas têm sido feitas de uma certa forma, de surpresa e rapidamente para não dar hipóteses às pessoas de se defenderem e de argumentarem as suas razões para que um serviço destes encerre. Acho que de



Assembleia Municipal

uma forma antecipada, e em jeito de antecipação, aqui a Assembleia Municipal, devia aprovar hoje uma Moção direcionada para a nossa posição sobre este assunto, que com certeza é contra esta medida.-----

----- Isso vai-nos tornar mais pobres, nós temos muitos motivos para que a Repartição de Finanças se mantenha aqui, são os mesmos motivos que trouxeram para cá a SUB, são os mesmos motivos pelos quais temos cá o Instituto de Emprego e Formação Profissional e são os mesmo motivos porque mantemos o Tribunal e a Comarca, portanto, não faz nenhum sentido que essa medida seja tomada, portanto mais para a frente, entretanto se achar oportuno voltarei a intervir sobre isto.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, cumprimentando os presentes, e começando naturalmente da única forma possível com uma saudação a Abril; sei que a cerimónia é logo mas não ficava de bem comigo se não dissesse que apesar deste descolorido de Abril atual por vezes interrogo-me se o Abril valeu a pena e eu que também fui um interveniente de Abril, penso que sim, que valeu perfeitamente a pena, há necessidade de refazer Abril, de repensar Abril, mas Abril sempre, este sentimento e esta ideia forte eu tinha que a expressar à cabeça. -----

-----Tenho de partilhar convosco um assunto que está absolutamente em cima da mesa e que naturalmente fala da EN342. Recentemente em Oliveira do Hospital, mais propriamente na Póvoa das Quartas, aconteceu uma conferência de imprensa onde estiveram presentes os Presidentes das Câmaras aqui do interior do distrito, perfeitamente enquadrados com os Presidentes da CIM da Região de Coimbra e da CIM das Beiras e da Serra da Estrela, e o motivo dessa reunião foi analisar o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas para o período 2014-2020 no que a esta região diz respeito, e dessa reunião de trabalho estes autarcas constataram com mágoa que o IC6, o IC7 e o IC37 não estavam incluídos neste pacote e neste projeto; naturalmente que esta iniciativa nos agrada, é uma iniciativa política com peso e manifestaram esse desconforto por mais uma vez toda esta região estar excluída destas obras fundamentais, aplaudo, gostei de ver esta iniciativa conjunta, dois dias depois fico muito triste quando vejo na Comarca de Arganil, que publica na íntegra o comunicado resultante dessa reunião, não vejo de facto uma linha sobre a EN342 e aí fico naturalmente triste, porque esta Bancada e eu próprio temos dito que esta via é fundamental para toda esta Beira Serra mas, em particular para o concelho de Arganil, a coesão deste Município está posta em causa com a estrada que temos hoje, tenho reiteradamente dito isto e aí fico triste, neste período antes desta Assembleia Municipal houve uma reunião da Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra e eu naturalmente preocupado disse lá aquilo que em linhas gerais estou a dizer aqui e manifestei a nossa preocupação pela não inclusão da EN342 neste pacote importante porque é meu e nosso convencimento que a não inclusão agora é adiar sem grandes possibilidades a realização deste investimento estruturante e aí o Senhor Presidente da CIM, o Dr. João Ataíde, analisou e disse que o



Assembleia Municipal

Executivo já tinha refletido sobre tudo isto e que lhe parecia a ele, Presidente da CIM, que concordando com a análise feita em conjunto com os parceiros do Executivo, que não haveria enquadramento para a EN342 no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, no fundo o que é que eu quero dizer agora é que com o enquadramento ou nos planos regionais operacionais, como foi dito, onde seria possível enquadrar a estrada, nós temos de uma forma forte, séria, unida, convicta defender esta estrada e a sua realização, essa é a razão da minha intervenção e é o nosso grito de alerta perante esta situação, ainda, este assunto, ocupou na CIM e também penso que os Deputados Intermunicipais devem fazer estas referências de acompanhamento e de preocupação nos locais próprios, ainda na CIM, foi votada, como já foi dito, e foi manifestado a preocupação pelo eventual encerramento de um número considerável de Repartições de Finanças que a nós também nos preocupa particularmente, a acontecer e eu espero que não e trabalharemos conjuntamente para que tal não se verifique, mas diria eu que a acontecer é mais uma machadada, é mais uma falta de solidariedade, é mais uma iniciativa de votar ao abandono estes territórios tão carentes e que têm sido de facto abandonados, esta é de uma maneira simples aquilo que eu penso, esta Bancada e eu próprio temos procurado tratar este assunto de uma forma séria, responsável, é isso que eu tento fazer agora com a noção de que se a EN342 é importante para a Beira Serra, para Góis, para a Lousã e para outros territórios específicos, no caso de Arganil a não realização particularmente deste troço é dramático e o tempo urge. -----

-----Interveio a **Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves** que depois de cumprimentar os presentes disse, *“resultante do uso diário pelas vias rodoviárias do nosso concelho venho deixar um alerta ao Senhor Presidente, para a urgência de se iniciar o quanto antes uma requalificação dessas mesmas acessibilidades, dando como alguns exemplos, o Ramal de Mancelavisa, a Estrada do Salgueiral, o itinerário Torrozelas – Cepos – Teixeira, a entrada de Vila Cova do Alva entre outras, vias estas que se encontram em péssimo estado, sendo que, em algumas delas existe um perigo eminente para os seus utilizadores. Importa também chamar a atenção para as barreiras que estão a cair, o chamado talude, em Vila Cova do Alva, no percurso entre Arganil e Folques e entre Teixeira e Ponte de Cartamil, todas estas chamadas de atenção prendem-se com o facto de, se não existir uma rápida intervenção para além dos já existentes prejuízos para os seus utilizadores, maior será a degradação levando a um maior investimento para a sua requalificação, tanto falamos na importância do turismo para o concelho, que face a estas evidências daqui a pouco apenas poderemos oferecer aos nossos visitantes um turismo em todo o terreno e com guia, visto que a sinalização, quando existente, também não se encontra nas melhores condições.”* -----



Assembleia Municipal

-----Interveio a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** que depois de cumprimentar os presentes salientou que não poderia deixar de manifestar o meu reconhecimento, enquanto herdeira dos valores de Abril por aquilo que o 25 de Abril trouxe à minha geração e ao mesmo tempo duas questões também já referidas, esse reconhecimento e a consciência da responsabilidade que cabe à minha geração e à geração dos mais novos de perpetuar esses valores de os reenquadrar e de continuarmos naturalmente a lutar em outro contexto e se calhar, com outros desafios por essa mesma liberdade, por essa diferença de perspetivas e opiniões que devem ser naturalmente feitas num contexto de elevação e de respeito. -----

----- Sobre a área social referiu, *“num contexto de particular esforço e sacrifício para todos os portugueses pode ser tentador falar de forma leviana e pouco séria de assuntos do espectro social. ---*

----- *E por isso preocupa-me, realmente, que pessoas e entidades com responsabilidades na vida política do meu concelho alimentem polémicas estereis e continuem a insistir numa crítica não fundamentada e vazia de conteúdos, que desrespeita o trabalho desenvolvido na área social. -----*

----- *Tendo por base os indicadores de pobreza em Portugal em que se constata que é entre os idosos que o risco de pobreza é o mais elevado e entre os idosos isolados que este assume maior dimensão é essencial reforçar e sublinhar a quase total taxa de cobertura concelhia no que diz respeito a equipamentos para Idosos, nomeadamente: -----*

----- *Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Arganil; -----*

----- *Lar de Idosos Casa do Povo de Cerdeira e Moura da Serra; -----*

----- *Lar de Idosos do Centro Social Paroquial de Côja; -----*

----- *Lar de Idosos da Assistência Folquense; -----*

----- *Lar de Idosos do Centro Social Paroquial de Sarzedo; -----*

----- *Centro de Dia de Anseriz; -----*

----- *Centro de Dia de Arganil; -----*

----- *Centro de Dia de Secarias; -----*

----- *Centro de Dia de Barril de Alva; -----*

----- *Centro de Dia de Benfeita; -----*

----- *Centro de Dia de Cepos; -----*

----- *Centro de Dia de Cerdeira e Moura da Serra; -----*

----- *Centro de Dia de Côja; -----*

----- *Centro de Dia de Piódão; -----*

----- *Centro de Dia de Folques; -----*

----- *Centro de Dia de Torrozelas; -----*

----- *Centro de Dia de Pomares; -----*



Assembleia Municipal

----- Centro de Dia de Sarnadela;-----  
----- Centro de Dia de São Martinho da Cortiça; -----  
----- Centro de Dia de Sarzedo; -----  
----- Centro de Dia de Vila Cova do Alva;-----  
----- Preocupa-me esta desvalorização do trabalho realizado no concelho por todas as Instituições que se dedicam à área social, mas por outro lado, infelizmente não me surpreende, reforçando a incapacidade manifestada pelo PS já noutras circunstâncias, de colocar inequivocamente, os interesses dos arganilenses à frente dos interesses partidários.-----  
----- Não podia por isso, não deixar de me disponibilizar a ajudar-vos neste campo e lembrar-vos o trabalho desenvolvido pelo município ao longo destes mandatos:-----  
----- Criação da Loja Social em Arganil, que atualmente apoia mais de cem famílias;-----  
----- Transportes gratuitos para todos os anos de escolaridade;-----  
----- A construção da Creche em Côja;-----  
----- O apoio financeiro a crianças e requalificação de equipamentos sociais do concelho;-----  
----- A existência de um programa comunitário de ajuda alimentar;-----  
----- O desenvolvimento de contratos locais de envolvimento social que desenvolveram atividades em vários eixos nomeadamente, no apoio a famílias, idosos, associativismo e acessibilidade e também ainda medidas que se assumem como apoio direto às famílias, nomeadamente a redução do IML, que não comprometendo a sustentabilidade financeira da autarquia e a decisão do Município em prescindir de 5% do IRS, falo destas, poderia falar de mais.-----  
----- O Município assume assim nesta área uma atitude de proximidade, de reconhecimento do território e das suas dificuldades, ajustando as suas acções às vulnerabilidades identificadas e afastando-se de políticas formatadas e tantas vezes distantes do que encontramos efectivamente na vida das pessoas.-----  
----- Senhoras e Senhores Deputados, parece-me que se há alguém que terá de dar maior atenção, às questões sociais e às actividades desenvolvidas no concelho, que levam efectivamente, a um caminho mais inclusivo, será o Partido Socialista.-----  
----- Entendemos que a nível nacional e local, esta não seja postura do PS, mas o PSD está convicto que é essencial olhar para o trabalho social para além de um demagógico e imediato assistencialismo que mais do que permitir ultrapassar situações de vulnerabilidade e pobreza, as alimenta e perpetua.-----  
----- Nesse sentido e para além das medidas concretas já referidas, revemo-nos no trabalho desenvolvido pelo município no âmbito da Intervenção Social, caracterizado pelo espaço que é dado a



Assembleia Municipal

*todos os agentes sociais para desempenharem o papel que lhes cabe e concretizarem um verdadeiro plano de ação concelhio.-----*

*----- São esses agentes que têm de ser protagonistas desse plano e não o Município a quem cabe sobretudo o papel de gestor e mediador dos vários agentes, garantindo que as pessoas são encaminhadas para os serviços competentes e que o trabalho desenvolvido pelas diversas instituições não se sobrepõe, mas se complementa, existindo por parte de todos os parceiros, o conhecimento de quem são, quem servem e com quem trabalham.-----*

*----- O Município garante desta forma que não “faz por”, mas “com” as diversas instituições presentes no concelho e que são uma riqueza inquestionável para o concelho e para todos os Arganilenses.-----*

*----- Para ser desenvolvida uma ação social concertada, não podem existir critérios de superioridade, mas um efetivo trabalho em rede, com vista à promoção da autonomia das famílias mais desfavorecidas e apoio aos socialmente mais desprotegidos.-----*

*----- Afinal, “despejar dinheiro para cima dos problemas, nunca os resolveu e só faz desaparecer o dinheiro. Temos de dar cana, mas também descontaminar o rio.-----*

*----- Não podia deixar de terminar sem referir o quanto me orgulha o trabalho desenvolvido por todas as IPSS’S do concelho, um trabalho que para além de revestir de todo o profissionalismo e qualidade técnica, se define também pelo entrega e pela dedicação dos seus dirigentes e funcionários, àquela que é a sua terra e que é definitivamente uma das forças do nosso concelho.” ---*

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Carla Rodrigues** que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que sendo a educação um dos pilares da democracia, considere que seria pertinente falar hoje aqui da educação no nosso concelho e portanto a minha intervenção prende-se com o investimento que o Município tem feito nesta área e no apoio social escolar; para tal, eu vou citar alguns dados que recolhi e que no fundo exemplificam esta situação: ao nível dos transportes escolares, aumentou o nível de subsidiação de 29,3% em 2005, para 100% em 2012, fruto da medida que foi tomada pela Câmara, em alargar até ao 12º ano a gratuitidade dos transportes; neste momento num universo de cerca de mil e quatrocentos alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Arganil, mais de metade beneficiam do transporte escolar, ficando o custo mínimo de um passe mensal ao Município em 26,70€ podendo atingir os 96,75€ portanto, um investimento que eu considero que é significativo por parte do Município e que em muito beneficia as famílias do nosso concelho. Ainda em relação a transportes, o Município assegura também o transporte de todos os alunos do Agrupamento à Piscina Municipal, entre Março de 2013 e Março de 2014, a Piscina Municipal de Arganil permitiu 9.470 utilizações gratuitas aos alunos do Agrupamento; isto abrange todos os alunos desde o Pré-Escolar, incluindo



Assembleia Municipal

também os da Casa da Criança, até ao Ensino Secundário, quer no âmbito das atividades letivas, porque a natação faz parte dos conteúdos programáticos da disciplina de educação física e neste momento os alunos do nosso concelho podem beneficiar dessa modalidade, quer extra-letiva, os alunos, por exemplo, do Primeiro-ciclo frequentam a piscina quinzenalmente, no âmbito da AEC's e as crianças de educação pré-escolar mensalmente, quer também no âmbito da atividade letiva, quer nas atividades de animação e apoio à família. A Piscina Municipal de Arganil permite ainda que os alunos do Agrupamento que têm acompanhamento especial tenham por exemplo, aulas de hidroterapia e participem no desporto escolar com a modalidade de natação, desta forma, todas as crianças do nosso concelho têm oportunidade de frequentar uma piscina, benefício que nem todas as famílias podem proporcionar aos seus filhos.-----

-----Em relação à percentagem de refeições subsidiadas, através da ação social escolar, às crianças que frequentam a educação pré-escolar e o primeiro ciclo passou de 26% para 56,05% em 2012 face ao ajuste que foi feito em termos de apuramentos de escalões; neste momento temos 530 alunos matriculados, isto no pré-escolar e no primeiro ciclo e desses 530, 473, cerca de 89%, usufruem das refeições escolares encontrando-se a maioria no primeiro e no segundo escalão. Ainda neste âmbito queria referir que a Câmara também é um parceiro da escola ao nível do programa PERA, que é o programa escolar de reforço alimentar, com o objetivo também de suprir carências alimentares que sejam identificadas pela escola e que depois nós encaminhamos para a Câmara Municipal, isto aqui mais ao nível das refeições da manhã e lanche; o apoio na aquisição de livros e material escolar para os alunos do primeiro ciclo carenciados cresceu também 46,13% nos últimos oito anos, este ano 166 alunos estão a beneficiar desta medida social, queria aqui salientar algo que achamos pertinente na medida em que os livros são encomendados previamente pelos serviços da educação da autarquia e as famílias dos alunos beneficiários dos escalões 1 e 2 vão à respetiva papelaria fazer o levantamento desses manuais, sem pagar nada.-----

-----A Câmara propicia ainda atividades de animação e apoio à família, às crianças que frequentam a educação pré-escolar, quer nas refeições mas também no prolongamento do horário das pontas que este ano abrange cerca de 164 crianças. O Município está também a fazer um investimento na requalificação do mobiliário escolar existente e a apetrechar as salas dos jardim-de-infância e do primeiro ciclo que não foram alvo daquelas grandes obras de requalificação e da construção dos Centros Escolares, como o de Côja, que fiquei desde já maravilhada quando fui vigiar um exame no primeiro ciclo; realmente tem condições muito boas, no entanto, no caso do Sarzedo, eu já sei que algum desse mobiliário encontra-se já nas salas do Sarzedo, mesas, cadeiras e queria aproveitar, já que estou a falar da escola do Sarzedo, onde o número de alunos ainda é significativo, queria apelar também para a necessidade de se fazer também uma intervenção nesta escola logo que seja



Assembleia Municipal

possível; eu não digo construir um Centro Escolar mas alguma intervenção, nomeadamente no chão bem como nos quadros de giz, porque sem dúvida, acho que estes alunos merecem também ter recursos materiais e pedagógicos adequados e fomentadores da sua aprendizagem tal como os que existem nos Centros Escolares. O Município tem ainda atribuído anualmente um subsídio ao Agrupamento de Escolas, que este ano letivo foi de 6.800,00€ destinado a apoiar as escolas de educação pré-escolar e primeiro ciclo, nomeadamente na aquisição de material didático, visitas de estudo entre outro material. As Juntas de Freguesia também têm cumprido com as suas competências fornecendo material de limpeza e de expediente, entre outros apoios para visitas de estudo e outras atividades que vão decorrendo ao longo do ano letivo.-----

-----Não queria também deixar passar uma outra iniciativa que também é apoiada pelo Município ao nível da educação, que tem a ver com a Universidade de Verão, que resulta de uma parceria com a Universidade de Coimbra; neste momento já nos foi pedido que fizéssemos a seleção de seis alunos do 11ºano do quadro de mérito, os quais poderão participar então na Universidade de Verão num conjunto de atividades científicas, culturais, pedagógicas, nas áreas que eles depois vão escolher, tendo em conta o curso que pretendem frequentar e o Município vai também associar-se pela primeira vez ao programa Escola de Verão Júnior, que é promovido pela Escola Superior de Educação de Coimbra direcionada, neste caso, para o 2º e 3º ciclos, para os 10º e 12º anos e vão ser contemplados cerca de 25 alunos; o pagamento integral dessas bolsas de participação será suportado pelo Município, assim como as despesas de alojamento e transporte num investimento de cerca de 5.000,00€. Para finalizar penso que os compromissos que foram assumidos por este novo Executivo, na área da educação, estão a ser cumpridos, apesar da época conturbada em que vivemos. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** que depois de cumprimentar os presentes disse que não poderia deixar de se referir ao 25 de Abril e ao seu papel para terminar com um regime obscurantista, prepotente e tirânico; referiu-se também ao significado que o 25 de Abril teve no Portugal moderno e na evolução notável da sociedade e deixar uma palavra de profundo reconhecimento a todos os que contribuíram para a queda do regime, para o movimento das Forças Armadas, para os Capitães de Abril, para todos os resistentes antifascistas, nomeadamente, os do concelho de Arganil que se sacrificaram em prol do bem comum. -----

-----Seguidamente referindo o complexo de arte rupestre ao ar livre existente na freguesia do Piódão disse, *“a descoberta do complexo de arte rupestre iniciou-se em 1998, na sequência de um alerta dado pelo biólogo Paulo Silveira, aquando se encontrava a fazer um trabalho de investigação sobre a flora da Serra do Açor para a delimitação da rede natura 2000, a partir deste alerta, Paulo Ramalho iniciou e desenvolveu um projeto notável de prospeção, pesquisa, levantamento e inventariação das*



Assembleia Municipal

*gravuras rupestres promovido pela Câmara Municipal de Arganil no mandato do Eng<sup>o</sup> Rui Silva, este projeto teve como resultado a inventariação inicial de 46 superfícies rochosas gravadas de carácter homogéneo e concentrado, sendo este complexo de arte rupestre composto por treze núcleos, Paulo Ramalho tinha anteriormente realizado a recolha etnográfica e a instalação de um Museu Etnográfico de Arganil em 1998 que neste momento se encontra desmantelado, a recolha etnográfica e a instalação do Museu do Piódão em 2003 e foi igualmente o responsável pela instalação do Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs d'Égua em 2008 que se encontra fechado, na génese do primeiro Centro Interpretativo de Arte Rupestre inaugurado no país estiveram as diversas campanhas de prospeção e levantamento arqueológico de arte rupestre realizadas em colaboração com a equipa técnica do Parque Arqueológico do Vale do Coa, estiveram envolvidos, a Câmara Municipal de Arganil, o Centro Nacional de Arte Rupestre, o Instituto Português de Arqueologia e a ADIBER, um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Arganil e o Instituto Português de Arqueologia formalizou a colaboração técnico-científica do Centro Nacional de Arte Rupestre e o compromisso desta entidade na colaboração da organização do Centro Interpretativo, o Centro Interpretativo tinha um alcance mais lato do que o conceito dispositivo e descritivo do complexo de arte rupestre, tinha como objetivo a possibilidade de se realizarem novas investigações que segundo Paulo Ramalho permitiriam localizar mais de 500 rochas gravadas, o que transformaria o Vale da Ribeira de Égua e montanhas em redor num dos mais importantes santuários portugueses de arte rupestre atribuível ao período neolítico, idade do bronze, entre o terceiro e o primeiro milénio antes de cristo, há referências inclusive que referenciam este núcleo como um dos mais importantes deste período e um dos maiores ao nível europeu, a mudança de Executivo ditou o desinteresse por esta mais-valia cultural do concelho que poderia dinamizar social e culturalmente a Freguesia do Piódão, nomeadamente, Chãs d'Égua e Foz d'Égua, este desinteresse fica demonstrado através da cronologia do processo de classificação do complexo de arte rupestre ao ar livre existente na Freguesia do Piódão, cuja cronologia é a seguinte; em Dezembro de 2007 a Direção Regional de Cultura do Centro fez uma proposta de classificação do complexo de arte rupestre, em Fevereiro de 2008 foi emitido pelo Subdiretor do IGESPAR o despacho de abertura do procedimento de classificação, em Dezembro de 2010 o procedimento de classificação é prorrogado pela primeira vez através do despacho 19.338 de 2010, até 31 de Dezembro de 2011, em Dezembro de 2011 o procedimento de classificação é prorrogado pela segunda vez através do Decreto-Lei nº115 de 2011, até 31 de Dezembro de 2012, este Decreto-Lei reconhece que com esta medida legislativa os imóveis em via de classificação ficariam sem qualquer tipo de proteção legal e logo, em grave risco de perda ou deterioração do respetivo valor patrimonial e cultural, em Dezembro de 2012 o procedimento de classificação é prorrogado pela terceira vez, através do Decreto-Lei nº265/2012 até 30 de Junho de 2013, em 30 de*



Assembleia Municipal

*Junho de 2013 a Câmara Municipal de Arganil deixa caducar o processo de classificação do complexo de arte rupestre ao ar livre existente na Freguesia do Piódão, não tendo este complexo qualquer estatuto de proteção, uma rocha com gravura é igualzinha a uma rocha comum, em virtude desta indiferença e insensibilidade, em 2008 Paulo Ramalho decidiu deixar o concelho de Arganil e foi viver para a ilha da Graciosa, nos Açores, bastante amargurado e desiludido com a falta de reconhecimento do seu trabalho, também o excepcional trabalho desenvolvido pelo arqueólogo Rui Cruz a quem se deve a descoberta, prospeção, pesquisa, levantamento e inventariação de gravuras rupestres, na Freguesia de Benfeita, investigação igualmente notável, plasmada no seu trabalho para a cadeira de seminário do curso de arqueologia da Universidade de Coimbra, intitulado Pedras com Riscos, arte rupestre na Freguesia de Benfeita, não foi igualmente reconhecido, engrossando o número de pessoas de grande valor que não viram o seu mérito reconhecido internamente, partindo na demanda de um futuro mais promissor fora do concelho. Os trabalhos destes dois homens foram literalmente ignorados e desprezados pelos Executivos que lideram o Município de Arganil desde 2005, o desinteresse pelo trabalho desenvolvido pelo Rui Cruz e a queda do processo de classificação do complexo de arte rupestre ao ar livre existente na Freguesia do Piódão, que atualmente se encontra sem qualquer proteção legal, ilustram incompreensivelmente o conteúdo votado a estes importantes e exaustivos trabalhos de pesquisa que retiraram das sombras estes núcleos de arte rupestre, a esperança na arte rupestre de Chãs d'Égua era de que se pudesse constituir um Pólo adicional de atração de visitantes e numa fonte de desenvolvimento local diversificando a oferta cultural na Freguesia do Piódão e dinamizando socialmente a Freguesia, esta esperança fez crescer o sonho e fez nascer a obra, abruptamente nada do que se perspectivava se realizou, a obra encontra-se fechada, o sonho foi transformado num pesadelo onde abundam os espaços de entulho, as gravuras abandonadas e totalmente envolvidas por um matagal impenetrável, aparentemente tudo se está a fazer para que estes núcleos de arte rupestre retornem às sombras de onde foram recuperadas pelo Paulo Ramalho e Rui Cruz.” -----*

-----Mas é engraçado porque em 19 de Março de 2008, o Presidente da Câmara Municipal de Arganil Ricardo Pereira Alves, disse à LUSA, “o Centro Interpretativo de Arte Rupestre Chãs d'Égua constitui um projeto importante para o concelho ao potenciar o seu desenvolvimento turístico sendo mais um motivo para os turistas visitarem o concelho”; outra referência, “existe a convicção de que as gravuras descobertas no Piódão são apenas uma das pontas de um novelo muito mais complexo, inscrevendo-se a sua etnografia no seu contexto mais vasto da arte rupestre da Serra do Açor, pelo que se pretende que esta iniciativa constitua um embrião de futuras parcerias que permitam a constituição de uma rota de arte rupestre nesta região”; e por último, “a partir da inauguração do Centro Interpretativo da Arte Rupestre de Chãs d'Égua a Câmara de Arganil tenciona criar circuitos com visitas guiadas às



Assembleia Municipal

freguesias a exemplo do que existe no Vale do Coa”. No entanto, os circuitos não existem, parcerias também parece que não, os turistas deslocam-se ao Centro Interpretativo e batem com o nariz na porta, o que é um excelente cartão-de-visita para quem quer dinamizar o turismo no concelho de Arganil e o Centro Interpretativo encontra-se naquele mapa que é profusamente distribuído pela Câmara Municipal; o Centro Interpretativo é sem dúvida um local de interesse, se estivesse aberto, mas como não está, as pessoas batem com o nariz na porta. Eu pretendia saber qual o motivo pelo qual a Câmara Municipal de Arganil deixou caducar o processo de classificação da arte rupestre da Freguesia do Piódão e se é intenção da Câmara botar as gravuras e o Centro Interpretativo de Arte Rupestre ao abandono ou se pretende fazer alguma coisa daquela infraestrutura que lá está.-----

-----Também queria aproveitar para reforçar as palavras do Membro desta Assembleia Municipal, Rui Franco e do meu camarada Eugénio Fróis, relativamente à manutenção do serviço de Finanças em Arganil; é com estranheza que eu e o Partido Socialista, verificamos que a Câmara Municipal de Arganil nada diz relativamente a este processo de intenção do Governo de fechar 157 Repartições de Finanças a nível nacional e nós receamos e tememos que estes receios se tornem realidade e somos de opinião que a Câmara Municipal de Arganil já devia ter tomado uma decisão de assumir a dianteira na contestação a esta ameaça, defendendo com antecipação os interesses dos seus munícipes, à semelhança do que sucedeu em sete Municípios do distrito de Viseu, onde os autarcas aprovaram uma Moção de Oposição ao encerramento dos serviços de finanças daquele território. O Partido Socialista considera que a Câmara Municipal de Arganil devia ter tido a iniciativa de liderar um movimento de contestação de base regional, no sentido de salvaguardar os interesses da população, não só do seu concelho, mas também de uma região com características semelhantes e sobre o qual pairam o mesmo tipo de ameaças. A passividade que a Câmara Municipal de Arganil tem vindo a demonstrar relativamente a estas matérias é reveladora das preocupações que tem com o bem-estar dos seus munícipes e com o futuro do concelho de Arganil; consta, ouve-se aí um rumor em Arganil, de que o serviço de finanças de Arganil é um dos que vai encerrar e é com tristeza e é lamentável que a Câmara Municipal de Arganil não tenha uma posição firme relativamente a esta posição.-----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Rita Marques**, cumprimentando os presentes especialmente o público porque, na minha opinião, acho que é de louvar, quem vem às Assembleias Municipais e vem efetivamente ajudar com as suas críticas e opiniões, o trabalho desta Assembleia; é realmente a primeira vez que faço uma intervenção nesta Assembleia e por isso mesmo, antes de mais gostava de dizer o seguinte; é para mim uma grande honra pertencer a esta Assembleia, uma grande honra e uma grande responsabilidade e estes sentimentos vêm precisamente do 25 de Abril, daquilo que foi e daquilo que ainda é hoje; sendo o Membro mais novo nesta Assembleia sinto que além de representar toda a população em geral, represento sobretudo os jovens do concelho de



Assembleia Municipal

Arganil e neste momento esta é a minha principal função, ser a voz dos jovens, e por isso mesmo quero aqui trazer as ambições, os receios e as críticas dos jovens porque há uma coisa que não podemos esquecer é que se queremos o desenvolvimento deste concelho há que ter em conta o que a geração do futuro tem a dizer. O que eu hoje aqui queria dizer é que estou sinceramente feliz de ver que o Arganil Rock está de volta; este é um projeto dos jovens e não só para os jovens, devendo-nos orgulhar de ver os jovens a lutar para que no nosso concelho também se realizem este tipo de eventos. É verdade que atravessamos um momento social e económico muito difícil e certamente existem outras prioridades, contudo, não podemos esquecer que este tipo de eventos contribui para o bem-estar das populações e esta é uma prioridade nossa e é também através deste tipo de eventos que damos a conhecer as potencialidades do nosso concelho o que obviamente contribui para o desenvolvimento económico, além disso, o Arganil Rock é um exemplo claro do associativismo jovem, são estes movimentos que contra as tendências de desertificação do interior ainda existem jovens interessados e empenhados para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho, agrada-me também saber que o Município apoiou e acreditou nesta causa e assim termino, dizendo que é importante que os jovens recebam este apoio do Município e é importante que o Município desenvolva este tipo de projetos, pois muito se tem feito mas há muito mais a fazer e só assim conseguimos realmente que os jovens tenham as mesmas oportunidades que aqueles que vivem nas grandes cidades e só assim conseguiremos o desenvolvimento e o progresso do nosso concelho, assim deixo um desafio à Câmara, que é apoiar os jovens e os seus projetos e criar cada vez mais oportunidades no nosso concelho para os jovens.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado António João Lopes**, que cumprimentou os presentes e referiu que para mim é uma surpresa termos uma reunião desta natureza no feriado 25 de Abril, tanto mais que amanhã é sábado e estamos habituados a ter reuniões aos sábados; ainda bem porque eu amanhã tenho um grupo em Côja que fará uma caminhada nos arredores de Côja, no dia seguinte fará uma caminhada nos arredores do Piódão, cerca de 30 pessoas que estão inscritas, esperamos que não falhem muitas porque nestas coisas às vezes alguns desistem, se alguém estiver interessado pode participar porque ainda há inscrições abertas e as inscrições são baratas.-----

-----Quanto ao 25 de Abril, dado que este dia irá ser com certeza lido por alguns anos, nas actas destas reuniões, logo teremos uma sessão mais extensa, no entanto, eu queria aqui prestar homenagem a três níveis de portugueses, uns que durante 48 anos conseguiram manter o espírito de luta por uma democracia equilibrada e justa, outros que no dia 25 conseguiram derrubar o regime opressivo, que mantinha uma guerra nas colónias, que mantinha o povo na ignorância e que obrigava a uma emigração clandestina; outro grupo foi o povo que, apanhando a libertação possível dada pelo movimento dos capitães de Abril, conseguiu fazer com que o país elaborasse uma constituição



## Assembleia Municipal

democrática, conseguiu fazer com que o caminho dos vários anos, embora cheios de problemas, como por exemplo o regresso à Metrópole de muitos portugueses que estavam nas colónias tivessem sido relativamente bem reintegrados não tivesse havido perdas de vidas, outros que conseguiram instalar um sistema de saúde e de escolas. Por isso quero prestar homenagem no início desta minha intervenção com um assunto extremamente importante para Arganil, a estes 3 grupos de Portugueses. Seguidamente, as intervenções que ouvi relativamente à ação social, às escolas e à juventude, julgo que estariam mais apropriadas para a apresentação de contas, tanto assim que tenho alguns problemas a colocar e agora ficam minimizados. Um dos aspectos que tenho a focar é o seguinte: nós tivemos eleições na nossa Assembleia no dia 8 de Novembro para representantes em várias estruturas; até agora não sei nada do que se passa com problemas com a juventude, nas escolas; há dias foi publicado um livro de Filomena Mónica em que nos dá um panorama extremamente grave da vida nas nossas escolas. O Município e a Assembleia Municipal são capazes de ter uma palavra a dizer; por isso as escolas é um dos assuntos que nós devíamos ser capazes de tratar. Os aspectos sociais são outro assunto; eu entreguei um abaixo-assinado em 28 de Setembro de 2013, relativo à pouca assistência social na zona de Pombeiro da Beira e até agora, para além de pequenas comunicações, a última que recebi é que só agora, em Abril, foi enviado para o INFARMED e para a estrutura social do Centro esses comunicados de forma a haver soluções. Nós temos representantes desta Assembleia nas várias estruturas, é urgente que se apresente trabalho; se por acaso essas estruturas não funcionam, é urgente que nós as façamos funcionar, porque andamos todos a dizer que os políticos não fazem nada; nós somos os políticos deste Município; onde estão os nossos trabalhos? Isto é um escândalo completo. Eu fui eleito para a Agenda 21, é possível que muita gente não conheça, este título é pouco falado; fiquei muito admirado por o Município de Arganil, quando tomei posse, ter participado nesta Agenda 21; Agenda 21 é um programa da ONU que se traduz nesta frase simples: transmitir às gerações futuras um planeta Terra melhor. É evidente que inscreveram-se 97 países que subscreveram este programa da ONU e dentro de cada país temos muitas estruturas; em Portugal há cerca de 200 inscritos, municípios e outras estruturas; logo, procurei saber o que tinha sido feito dos anos anteriores para continuar o trabalho; recebi, através da Mesa da Assembleia, um Relatório que foi feito pela empresa Sociedade Portuguesa de Inovação, em 2010, mas até agora não conheço andamento nenhum. Este programa é extremamente interessante, a Câmara pagou, com certeza; focaliza 25 projectos nas várias áreas, Turismo, Saúde, Ensino, Desenvolvimento Industrial, Aproveitamento de tempos de cidadãos com excesso de tempo livre, idosos, etc. O programa está disponível, tenho aqui uma cópia, e quem o quiser consultar o Município envia-o por e-mail. Eu sou o representante da Assembleia Municipal e o representante das Juntas de Freguesia é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita; nós dialogámos e vimos que há



Assembleia Municipal

alguns programas que podem ser implementados a partir de hoje, porque temos aí verbas comunitárias, alguns projectos nem precisam de verbas, são apenas de dinamização como aqueles que apresentei há tempos e que deu alguma hilaridade, o caso de fazer de Arganil a capital do petisco, era uma forma de dinamizar o Turismo, de dinamizar a gastronomia e caminhar nesse sentido. Na Agenda 21, um dos aspectos que podem ser perfeitamente integrados é a agricultura protegida, a realização por freguesias, de uma estufa para trabalhos agrícolas; eu tenho a promessa da Escola Superior Agrária de Coimbra, do seu Presidente, de poder colaborar apenas com pagamento de transporte das pessoas. Tudo isto são projectos simples, espero que possamos discutir a Agenda 21, como possamos discutir todos os problemas dos eleitos nas várias estruturas porque deve haver muitos problemas e, se ainda não foram convocados para qualquer reunião, é tempo dos Senhores irem junto dessas entidades e promoverem as reuniões porque nós continuamos a ter os problemas de que se vai falando e não são resolvidos.-----

-----Outro ponto de que gostaria de falar é do Turismo; gostaria de chamar a atenção, reparem naquele quadro; aquele quadro é de antes de 1910; será que não temos um pintor que tenha feito um quadro que nos alerte para 2014? Será que não temos coisas novas? Eu não estou a discutir História da Arte, estou apenas a discutir um assunto de interesse para Arganil, é que ao recebermos gente nesta sala, ao verem este quadro, a transmissão que se quer dar a quem vem de fora é perfeitamente de há mais de 110 anos; vamos ter cuidado, pode ser um quadro bom para pôr num Museu, já que temos vários museus disponíveis e outros na calha, e convidar os nossos pintores a fazerem um quadro que nos lance no futuro, num futuro que seja o futuro do povo.-----

-----Interveio o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se ao Senhor Deputado António João Lopes, dizendo que lhe iria cortar a palavra, pois o período Antes da Ordem do Dia está tipificado em 60 minutos, que foi aquilo que foi aqui aprovado em Regulamento do funcionamento da Assembleia; obviamente que não vamos estar de régua e esquadro a determinar cada intervenção, mas penso que 5 minutos a cada um dos senhores deputados dá perfeitamente para exporem as suas ideias e transmitirem aquilo que de mais importante têm para dizer, não só para a Assembleia mas também sobre o nosso concelho. Se o Senhor Deputado quer realizar um Fórum ou um workshop sobre várias temáticas, terei muito gosto em estar consigo nesse espaço e certamente as pessoas que aqui estão também o farão, mas nós aprovámos um Regulamento de funcionamento da Assembleia, temos que o cumprir, por respeito a nós próprios e por respeito aos nossos deputados; se cada deputado resolver vir falar aqui uma hora, até pode ser do maior interesse para o concelho, mas é inviável e impraticável gerir uma Ordem de Trabalhos assim, a bem da boa disposição e do bom entendimento da cordialidade entre nós todos.-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Cristina Figueiredo** que começou por cumprimentar todos os presentes e referir que a sua intervenção vai em dois pontos distintos, para tentar poupar trabalho e tempo; a primeira refere-se à proposta apresentada pelo partido socialista sobre a criação do regulamento municipal de apoio às IPSS e à população idosa do concelho de Arganil, que não foi aprovado; lamentavelmente para uma população idosa que cresce invisível e silenciosa, lamentavelmente para as IPSS por falta de apoio e capacidade de resposta, lamentavelmente para o Orçamento de 14 milhões de euros que se apresenta inflexível a uma verba de 80 mil euros, lamentavelmente por ter sido considerada uma proposta a destempo. A solidariedade e a ação social não são intenções de prazo nem de tempo, nem se esgota na ação escolar. Tal como o PS tem vindo a denunciar, a ação social continua a ser o parente pobre deste Executivo, como se pode constatar na execução anual das Grandes Opções do Plano.-----

-----Respondendo mais concretamente às questões abordadas pela deputada Elisabete Simões, nunca houve, da parte do PS, qualquer desvalorização às instituições e à ação social. O PS tem apresentado e fundamentado propostas dirigidas neste âmbito e continuamente têm sido chumbadas; exemplo disso, constituição das comissões sociais de freguesia, o programa de conforto habitacional para idosos e, mais recentemente, a forma irregular como o CLAS tem vindo a funcionar e que se provou estar certo. Não somos nós que planeamos as polémicas, os assuntos da rede social que têm sido debatidos publicamente é que se resumem às agitações estéreis e ao estadear de posições que se distanciam do interesse dos arganilenses e das ações socialmente relevantes para o concelho.-----

-----O meu segundo ponto foca-se num artigo publicado no jornal "A Comarca de Arganil" de Março de 2014, referente a um abaixo-assinado, subscrito por 766 cidadãos arganilenses, alegando o desconhecimento de informação da maioria dos munícipes sobre o canil municipal de Arganil, propondo o envolvimento da comunidade nesta causa, e a responsabilização e sensibilização dos autarcas na criação de ações que promovam a defesa, a proteção e a melhoria das condições de vida dos animais capturados. Segundo a Direção Geral Veterinária, Arganil é um dos municípios abrangidos pela recolha oficial para animais de companhia com o canil municipal devidamente licenciado e possuindo ainda um Protocolo de colaboração com os Municípios de Góis, Tábua e Miranda do Corvo. Face a esta informação, sugeríamos que o Regulamento do Centro Municipal de Recolha Animal fosse publicado no sítio da internet da Câmara Municipal de Arganil e que por ora nos fossem esclarecidas algumas questões: 1 – existe algum plano de sensibilização contra o não abandono de animais no concelho?; 2 – quais as ações promovidas e divulgadas pelo centro municipal de recolha animal para a adoção de animais?; 3 – por que razão, sendo o canil licenciado para 4 concelhos, não se efectuam já esterilizações que incentivariam a adoção, já que alguns dos nossos munícipes se deslocam a outros concelhos, onde lhes é entregue um animal esterilizado,



Assembleia Municipal

vacinado e com os chips sem custos adicionais, como é o caso da Lousã; 4 - tendo em vista a promoção do bem-estar dos animais alojados no Centro Municipal de Recolha Animal, e da participação da comunidade para esse efeito, porque é que esta entidade não está contemplada no banco local de voluntariado do concelho de Arganil?-----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Fernanda Pacheco** fazendo um cumprimento especial a todos os presentes, já que também é a primeira vez que está a usar da palavra nesta Assembleia.----

-----Vou colocar duas questões muito simples ao Senhor Presidente da Câmara sobre um assunto já referido em Assembleia Municipal: para quando é que estão previstas as obras de requalificação da antiga GNR, onde se pretendia que funcionasse a Casa das Colectividades, bem como toda a zona envolvente ao Mercado e ainda para quando a intervenção de ordenamento no estacionamento do Cruzeiro, junto à antiga Escola Adães Bermudes; não sendo um dos assuntos mais prioritários do Município, é com certeza um assunto de interesse para o Município.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que mediante as intervenções que ouvi, por parte destas jovens deputadas do PSD, irei intervir novamente; começo por dizer que o Senhor Presidente considerou que falava demais e entendeu, eu não digo que ele tenha feito encomendas, mas fez um lembrete e forneceu alguma informação no sentido de falar menos e de alguém dizer aquilo que devia ser dito; é assim que eu entendo estas intervenções, são lembretes com informação fornecida. Toda a gente sabe que o Partido Socialista é reconhecidamente um defensor do pilar social da sociedade portuguesa, isto é, factual; é evidente que o elencar de todas as instituições, lares, centros de dia, etc, não é por aí que fica provado que Arganil não precisa de apoio social, esta tem sido justamente uma bandeira desta bancada justificadamente e foi oportuno e politicamente interessante replicá-la e dizer que nós temos aqui um conjunto de instituições. As instituições valem o que valem e valem muito e fazem um trabalho notável nesta terra, não são as instituições que falham, quem está a falhar é a Autarquia. Termino com este programa do PCHI – Programa de Conforto Habitacional Para Idosos, onde os municípios vizinhos acharam oportuno, interessante, necessário, utilizá-lo e aqui não foi necessário, nesta perspectiva, fazer essa utilização.--

-----Relativamente à educação, ouvi as estatísticas, mais apoio nos livros, mais apoio nos transportes, mais apoios nas refeições; somos os primeiros reconhecidamente a considerar que será um dos aspectos onde a Câmara tem andado melhor, mas também queria dizer à Senhora Deputada, com toda a simpatia, que nos envolve, o seguinte: sabe, Senhora deputada, porque é mais fácil criar estes apoios todos? Entre outras coisas, senhora deputada, porque há muito menos alunos e esta é uma questão dramática que devemos combater na origem.-----

-



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Luis Almeida** dizendo que, para ser sintético e em resposta ao colega Eugénio Fróis, devo dizer que não deixa de ser irónico, no dia 25 de Abril, dia em que exultamos a liberdade, que a bancada do Partido Socialista procure e já não é a primeira vez que o faz, condicionar aquelas que são as intervenções da bancada do Partido Social Democrata, ainda mais numa Assembleia em que não houve crítica, não houve ataques, houve sim a clareza dos números, houve estatística, houve aquilo e permita-me dizer que não houve encomendas, estamos simplesmente a analisar os factos, a falar daquele que tem sido o trabalho realizado pelo Município e colocar a seguinte questão: se nós não estivermos aqui para defender os interesses dos Arganilenses, se não estivermos aqui para falar de maneira construtivamente das ações que têm sido realizadas, de outras também que há a fazer e a realizar, o que é que estaríamos aqui a fazer? Se aquilo que a bancada do PS pretende é falar sozinha, criticar, e nem vou discutir o tom que é muitas vezes utilizado e a leviandade com que é feita; única e simplesmente, desta bancada, ninguém está a questionar os vossos propósitos enquanto Oposição. Agradeço e volto a frisar já não é a primeira vez que o fazem, é quase sistemático em todas as Assembleias, dizer que as intervenções da bancada do partido social democrata são pura e simplesmente encomendas e isso ainda mais no dia de hoje, é uma clara intervenção à liberdade de intervenção dos deputados e isso não podemos aceitar.-----

-----O **Senhor Deputado Eugénio Fróis** usou novamente da palavra para responder muito brevemente: eu não falei em encomendas, eu disse que houve lembretes e facultou, o Senhor Presidente, informação; não falei em encomendas.-----

-----Da nossa parte há e sempre houve, total colaboração e o tema da EN342 é exemplo disso. Essa colaboração é franca, é leal, mas não podemos estar coartados neste Órgão que é um órgão político por excelência, de dizer aquilo que nos vai na alma.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes** dizendo que por falar em desenvolvimento do Turismo, queria dar uma sugestão: na Portela da Cerdeira havia, até algum tempo, numa parede exterior, um painel de granito com metro e meio por meio metro, mais ou menos, que representava uma cena agrícola que eu interpreto como medieval; levei lá vários amigos que passaram pela zona mas, numa das últimas vezes que tentei mostrar a uns amigos que não conheciam, cheguei lá e o painel tinha sido retirado; a casa é do Dr. Marques de Almeida e seria interessante que a Câmara ou alguém do Turismo ou destas áreas tentasse falar com ele para ver até que ponto seria possível continuar a manter aquele painel em baixo relevo, gravado em granito, que é um motivo interessante para o Turismo daquela zona.-----

-----Um outro apontamento que me parece extremamente interessante e barato, como têm visto, os meus projectos são extremamente baratos, era divulgar, como se faz na Suíça, na Bélgica, na França,



Assembleia Municipal

na Alemanha, nós vamos por essas cidades e vemos as residências todas ornamentadas com flores; nós temos um clima extremamente bom, temos boas condições de calor, de humidade, de terra, etc, e há uma planta que é conhecida vulgarmente por sardineira, que tem flores quase todo o ano, com flores vermelhas e folhas verdes, até são as cores da bandeira nacional, eu proponha que o Turismo, as Juntas de Freguesia, fizessem uma campanha, conversassem com as pessoas de cada uma das terras e podiam atribuir um diploma; quando fui presidente da Liga Regional Cojense consegui que o Senhor Marques de Almeida, que era proprietário de uma fábrica de Cerâmica, fizesse um azulejo com a designação “Côja Florida” e atribuíamos anualmente àqueles que tinham janelas, escadas, patamares mais enfeitados, melhor decorado. Proponho que os Presidentes das Juntas de Freguesia e alguma Comissão mais dinamizadora, tentem motivar essa gente, podiam ajudar com um pequeno diploma a cada um; era interessante, as pessoas motivavam-se e tornávamos as aldeias mais agradáveis.-----

-----Outro aspecto que queria focar: na última Assembleia votámos uma proposta da Quinta da Estafeira; fui o único que me abstive baseado na experiência que tenho de estrangeiros que vêm a Portugal propor projectos para depois nos deixarem cacos e esburacarem o país completamente; qual foi a minha admiração quando fui à internet e localizei que a Quinta da Estafeira não é mais do que um projecto, tipo lóbi, promovido pelo gabinete Vilargus de Arganil, e que é extremamente interessante haver projectos desta natureza, preparando tudo, para que depois se encontrem investidores. Eu agora estaria disponível para votar favoravelmente, se essa informação me tivesse sido facultada. Quero louvar o gabinete Vilargus e propor-lhe que, para além deste projecto, um projecto para Côja um projecto que chamam Aparthotel, 2 campings que não localizei onde são, que continue neste caminho, preparando os projectos na sua estrutura mais difícil, para encontrar investidores, e depois apresentem investidores. Proponho um ou dois projectos Agro-pecuários.-----

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** dizendo que não poderia deixar de fazer um reforço àquilo que foi dito pelo senhor deputado Eugénio Fróis, dizendo que eu fui eleita pelos Arganilenses para os representar neste mandato; é esse o meu papel e acredito que seja o papel de todos os que aqui estão, de os representar a eles e não a mais ninguém. Quando fala em lembretes ou em informações que são facultadas, o Senhor Deputado terá que admitir e assumir que está a insinuar algo que não poderá confirmar. Compreende que da mesma forma que não considero correcto, com certeza que também não assumiria que fosse correcto se eu fizesse exactamente o mesmo com o Senhor Deputado. Aquilo que considero importante e vou pegar numa frase que disse, com a qual me identifico e com a qual concordo, dizer aquilo que nos vai na alma; de facto, todos temos esse direito e parece-me que utilizar o argumento de que eu ou qualquer outro deputado nesta Assembleia está a falar em nome “de” é uma forma de diminuir aquilo que é dito por mim enquanto



Assembleia Municipal

deputada, perante a falta de outros argumentos. Quando falo aqui, falo em nome dos Arganilenses e quando falo das questões, informo-me sobre elas, porque é esta a minha forma de estar em qualquer Órgão, é informar-me sobre as questões para poder falar sobre elas e para poder lutar pelos interesses dos Arganilenses. Espero que esta questão tenha ficado esclarecida e que não haja este tipo de insinuações em ocasiões futuras.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo que vou tentar ser breve, apesar de contar desde já com a compreensão da bancada do Partido Socialista, que pensa que eu penso que falo demais nas Assembleias Municipais. Relativamente ao Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas que resulta de um Relatório que foi feito por um grupo de trabalho sobre as infraestruturas de elevado valor acrescentado; tivemos ocasião logo no momento em que foi publicado esse Relatório, de discutir o assunto de uma forma profunda em reunião de Câmara, sendo consensual a nossa oposição à forma como o documento tinha sido construído; não podemos deixar de reiterar a nossa oposição à forma como o documento foi construído mas também relativamente às decisões que o Governo tomou relativamente àquele documento. De facto, o distrito de Coimbra e em particular a nossa região, não são bem tratados no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, designadamente por não contemplarem o IC6 e, neste momento, não está já em discussão se queremos 3 IC; face às condições que o país atravessa, a construção de 3 IC seria ou continuarmos a lutar pela construção de 3 IC seria algo verdadeiramente desenquadrado da realidade. Aquilo que os Municípios expressaram de uma forma clara e inequívoca, na conferência de imprensa que foi realizada na Póvoa das Quartas e que juntou as comunidades intermunicipais da região de Coimbra e da Serra da Estrela e Beiras foi criar um IC, partindo do ponto onde ele neste momento está, que é no meio de um pinhal, aliás, é esse o grande legado que o Senhor Secretário de Estado Paulo Campos nos deixou, e fazer a ligação ao nó de Folhadosa, já no concelho de Seia, criando um corredor a desembocar na A25 na zona de Fornos de Algodres. Este investimento é na ordem dos 120 milhões de euros, que servirá os concelhos de Arganil, de Tábua, de Oliveira do Hospital, de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, que têm um potencial exportador anual na ordem dos 200 milhões de euros, ou seja, aquilo que é o valor global das exportações destes concelhos e naturalmente que outros concelhos ganhariam com este investimento, é superior ao valor do investimento. Pensamos que era uma boa forma do Governo retribuir o esforço que as empresas da nossa região fazem no sentido de promover o desenvolvimento económico e coesão social.-----

-----Não ficámos satisfeitos por a EN 342 não figurar neste conjunto de investimentos, designadamente porque ela era um instrumento fundamental de ligação entre a A13, o IC8 e o IC6. Para além do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas existe outro instrumento de intervenção na rede viária nacional, que é o Plano de Proximidade da Estradas de Portugal; temos a



Assembleia Municipal

garantia do Governo, que tive ocasião de transmitir na última Assembleia Municipal e que hoje quero aqui reiterar, uma vez que existe nova informação disponível sobre o assunto, de que a EN 342, em particular entre Arganil e Côja, com o seu prolongamento até à EM 230, vai ser alvo de uma intervenção. É o compromisso que o Governo assumiu com a Câmara de Arganil e que nós temos todas as indicações de que esse compromisso vai ser cumprido.-----

-----Relativamente à questão que o Senhor Presidente da Junta de S. Martinho da Cortiça colocou, sobre o Serviço de Finanças, que também foi alvo de intervenção por parte do Senhor Deputado Fernando Vale, queria dizer que comungo das preocupações que os Senhores Deputados aqui trouxeram e parece-me pertinente a proposta que o Senhor Presidente da Junta de S. Martinho colocou, de haver uma Moção da Assembleia Municipal a condenar qualquer processo que conduza a um encerramento dos serviços de Finanças. É importante fazer um pouco de história para enquadrar o que direi a seguir: em Maio de 2011, quando Portugal assinou o memorando de assistência económica e financeira, que recordei foi assinado pelo Primeiro-Ministro de então, Eng.º José Sócrates, e subscrito pelos maiores partidos, no caso o PS, o PSD e o CDS/PP, no ponto 3.34, alínea 2), é dito que o Estado deve avançar no sentido da redução do número de serviços locais de Finanças, 20% por ano em 2012 e 2013, ou seja, estava já previsto, no memorando de assistência económica e financeira, o encerramento de 40% dos serviços de Finanças do país. Como esta meta não foi alcançada nestes anos, houve um agravamento; neste momento, o compromisso do Estado Português com a TROIKA são o encerramento de 50% dos serviços de finanças. Em Outubro passado surgiram notícias sobre uma suposta listagem de serviços de Finanças a encerrar, nas quais estaria presumivelmente o concelho de Arganil. Logo nessa altura, e isto também para responder ao Senhor Deputado Fernando Vale, que muitas vezes não é por se falar mais alto que se tem mais razão, tive ocasião de questionar o Governo sobre esta matéria e o que me foi transmitido é que aquela lista não tinha qualquer adesão com a realidade, uma vez que tinha sido uma lista emanada e alicerçada num suposto movimento e de mobilidade pessoal no quadro dos serviços de finanças e não haveria nenhuma decisão sobre essa matéria. Tive ocasião de falar sobre este assunto com o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e também com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local que me transmitiram que a intenção do Governo é que nenhum concelho fique sem a prestação de serviço de Finanças, podendo recorrer a Protocolos e parcerias com as Autarquias ou até com outras entidades, no sentido de haver um posto de atendimento fiscal. Não existe hoje nenhuma lista relativamente ao encerramento dos Serviços de Finanças, o que existe é esta intenção de haver uma loja do cidadão municipal, que preste um conjunto de serviços e também o serviço de atendimento fiscal, mas nem todos os serviços de finanças encerrarão e o que existirá é uma concentração do back-office dos serviços de finanças num concelho, para um



Assembleia Municipal

agrupamento de concelhos. Não há nenhuma decisão sobre essa matéria, mas eu queria deixar claro que não sou favorável ao encerramento do serviço de finanças e que acompanho os Senhores Deputados, se o entenderem fazer através de moção, de que jamais aceitaremos que o nosso serviço de finanças seja encerrado. Entre a opção de ter um posto de atendimento fiscal ou ter um serviço de finanças a funcionar, com gestão directa do Estado, a Câmara de Arganil entende que deve manter-se o serviço de Finanças a funcionar. Julgo que o tema que já tivemos há algum tempo atrás, sobre o possível encerramento do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, que não se veio a concretizar e que é hoje uma realidade toda a sua pujança em termos de formação profissional e de serviços de emprego, julgo que é um bom exemplo daquilo que poderemos voltar a fazer relativamente ao serviço de finanças. Queria dar nota ao Senhor Deputado Fernando Vale para ficar mais sossegado que a Câmara Municipal tem feito todos os esforços e todas as démarches no sentido de contrariar uma possível intenção de encerramento do nosso serviço de finanças locais que, como disse há pouco, não existe nenhuma lista neste momento; o que existe é uma intenção do Governo de concentrar os back-offices, podendo alguns serviços de Finanças permanecer e outros serem assegurados através de um posto de atendimento fiscal em parceria com as autarquias.-----

-----Não queria deixar de agradecer as palavras das Senhoras Deputadas Elisabete Oliveira, Carla Rodrigues e Rita Marques e dizer que é importante este conjunto de intervenções no quadro daquilo que se tem feito no concelho, porque num tempo de crise como o que estamos a atravessar é importante falar das coisas boas, dos bons resultados e isso tem que ser feito de uma forma clara, inequívoca, numa expressão da liberdade dos partidos políticos e em particular da bancada do Partido Social Democrata.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António João Lopes, sobre a Agenda 21, dizer que ela é um instrumento fundamental para garantir o princípio do desenvolvimento sustentável, designadamente com 3 objectivos: a preservação ambiental, a geração de desenvolvimento económico e a coesão social. Foi desenvolvido no último mandato um trabalho importante nesse domínio, numa parceria com a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, e com um envolvimento da Comunidade que esteve representada; nesse sentido, é nossa intenção em breve convocar uma nova reunião para definir ações para o futuro, sendo pertinentes algumas das propostas que o Senhor Deputado António João Lopes aqui colocou.-----

-----Diria também em nota de rodapé, Senhor Deputado António João Lopes, porque percebi que não percebeu a importância deste painel, ele é um painel do conceituado pintor Jorge Vilaça e que diz no seu topo, “no tempo da Infanta D. Teresa” e não representa mais do que a capa do Foral Manuelino que foi atribuído há precisamente 500 anos ao concelho de Arganil; julgamos que é importante a sua



Assembleia Municipal

manutenção, particularmente no ano em que comemoramos 500 anos do Foral Manuelino de Arganil e 900 anos do Primeiro Foral do concelho de Arganil.-----

-----Ainda relativamente às questões colocadas pelas Senhoras Deputadas Cristina Figueiredo e Fernanda Pacheco, quero dar nota do seguinte: relativamente ao Conselho Local de Ação Social, a Senhora Deputada Cristina Figueiredo disse que foram cometidas irregularidades; considero que essa sua intervenção e essa consideração é gratuita, sobretudo de quem não conhece aquilo que ocorreu na reunião do Conselho Local de Ação Social. Já tive ocasião, na Câmara Municipal, de explicar detalhadamente todo o processo, mas não quero deixar de dizer que tudo aquilo que foi o processo de eleição do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social foi feito no estrito cumprimento da Lei, como atesta um parecer jurídico que tivemos ocasião de apresentar e como atesta também a posição da Segurança Social sobre o assunto.-----

-----Relativamente ao Canil Municipal, não vou voltar a dizer que os Senhores Deputados do Partido Socialista andam distraídos porque isso causaria algum empertigamento, mas direi apenas que temos feito sucessivas campanhas de adoção de cães; há um espaço, no Portal Municipal, de informação sobre o canil, detetei há pouco, quando a Senhora Deputada referiu que não está lá o Plano de Funcionamento do Centro de Recolha Animal, mas será colocado de imediato, uma vez que, por lapso, isso não aconteceu. Tivemos ocasião de responder à primeira subscritora desse abaixo-assinado, nomeadamente referindo os serviços que o Canil Municipal tem e os serviços que presta. Temos tido uma colaboração grande da parte dos Arganilenses, no dia-a-dia do canil e estranhamos que tenha surgido este abaixo-assinado quando, ao longo destes anos, não obtivemos qualquer reclamação relativamente ao funcionamento do Centro de Recolha Animal. Manifestamos a nossa disponibilidade para continuar num caminho de melhoria contínua, porque sabemos que há questões a melhorar no Centro de Recolha Animal.-----

-----Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada Fernanda Pacheco, sobre as obras de requalificação da antiga GNR e da envolvente ao Mercado, devo dizer que tem sido feito um trabalho muito importante de requalificação da zona alta de Arganil, que passou pela adaptação da antiga Escola Conde Ferreira para serviço de Arquivo Municipal, foi adaptada a antiga cantina escolar Alice Jacob para sala de refeições dos funcionários da Câmara Municipal; foi convertida a Escola P3 em Centro Empresarial e Tecnológico; vai ser feita uma intervenção de Requalificação do espaço exterior ao Mercado. É uma requalificação urbanística mas também melhorará significativamente as condições para a realização da Feira Semanal; está em processo de adjudicação, levou mais tempo porque não pudemos adjudicar ao primeiro classificado, uma vez que não apresentou os documentos necessários para a efectivação da adjudicação, neste momento já foi notificado o segundo classificado para podermos avançar com essa obra o mais rápido possível. Quanto à Casa das



Assembleia Municipal

Colectividades, está concluído o projecto para a Sala de Ensaios, um projecto financiado pelo PRODER e terá que estar concluído até ao final do ano; brevemente lançaremos o concurso para a sua execução. Temos também o projecto concluído e iremos lançar o concurso para o Largo do Cruzeiro, para a reconversão de todo o estacionamento. Foi também demonstrada uma preocupação unânime, do Executivo Camarário, face à existência do imóvel da Escola Adães Bermudes que, como sabem, está entregue em regime de direito de superfície à Santa Casa da Misericórdia de Arganil para a criação da Academia do Idoso; face a essa preocupação, esta semana escrevemos uma carta à Santa Casa da Misericórdia a pedir esclarecimentos sobre a forma e para quando pretendem ter esse investimento concluído, uma vez que reputamos da maior importância a criação da Academia do Idoso e queremos saber algo mais sobre esse investimento.-----

-----O Senhor Deputado Fernando Vale falou também sobre o Centro Interpretativo de Arte Rupestre; vale a pena falar sobre a questão museológica no concelho, designadamente sobre a perspectiva arqueológica mas também sobre a perspectiva etnográfica. Não fui eu nem o Executivo Camarário que tenho a honra de liderar que desmantelou o Museu Arqueológico de Arganil; nesse sentido, depois de existir um percurso no Contencioso, estamos a trabalhar em conjunto com a Universidade de Coimbra no sentido de montar uma exposição arqueológica no local onde antes tínhamos o Museu Etnográfico do concelho de Arganil. Pensámos também e é uma parceria que estamos a estabelecer com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva – e aproveito para saudar o Senhor Presidente da Junta que, desde logo, mostrou a sua disponibilidade em ceder a antiga Casa da Criança de Côja para lá instalar um Museu Etnográfico, que será o Museu Etnográfico do concelho de Arganil, sediado em Côja, no qual também estamos a trabalhar.-----

-----Quanto ao Centro Interpretativo de Arte Rupestre, quero recordar o Senhor Deputado Fernando Vale de que ele não está fechado; o que verificámos foi que o número de visitantes era de tal forma reduzido, que não se justificava que estivesse aberto em permanência. Sempre que há pedidos para visitar o Centro Interpretativo de Arte Rupestre, este abre, para poder ser visitado pelos turistas. Também queria recordar que o valor de custo médio por visitante deste Centro Interpretativo, cifrava-se nos 40,00€; não era muito razoável, do ponto de vista da sustentabilidade, que continuássemos a manter este espaço aberto em permanência; há uma resposta e é uma resposta de acordo com as necessidades dos turistas que têm oportunidade de visitar o Centro Interpretativo de Arte Rupestre. Consideramos que é uma área importante, para a qual contamos com a colaboração da Junta de Freguesia do Piódão, designadamente nas operações de limpeza que entretanto vão decorrer junto das gravuras. A Câmara continuará empenhada em trabalhar em todos os domínios da Museologia do concelho, nomeadamente ao nível da Arte Rupestre, mas também ao nível da Etnografia e da Arqueologia.-----



Assembleia Municipal

-----Pedi novamente a palavra o **Senhor Deputado Rui Franco** referindo que relativamente à questão que coloquei sobre o encerramento das Finanças e sobre a proposta que fiz, da votação de uma moção sobre a tomada de posição desta Assembleia, penso que seria agora o momento de se fazer isso e pergunto aos líderes das duas bancadas e ao Senhor João Lopes em representação da CDU, se estão ou não interessados em promover essa moção e em votá-la aqui na Assembleia, porque me parece que o assunto está a ser tratado de uma forma muito leve, para a importância que tem.-----

-----O **Senhor Deputado Fernando Vale** referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara não me respondeu a esta questão: qual o motivo pelo qual a Câmara Municipal de Arganil deixou caducar o processo de classificação do complexo de Arte Rupestre ao ar livre existente na freguesia do Piódão?-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, sugeriu que os líderes das bancadas falem sobre esta moção que está apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de S. Martinho da Cortiça enquanto dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo que julgo que é importante quando há um processo de classificação, ponderar todas as vantagens e todos os inconvenientes e, nessa perspectiva, porque também todos sabemos dos constrangimentos que muitas vezes surgem com os processos de classificação, a Câmara Municipal não está segura, neste momento, de que esse seja o melhor caminho; de todo o modo, estamos abertos para discutir com os Senhores Vereadores na Câmara Municipal, mas também com os Senhores Deputados Municipais sobre essa matéria.-----

-----Teve ainda a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** referindo que relativamente à moção, o partido socialista tem uma leitura convergente; entendemos que é um bem pelo que devemos lutar de uma forma coesa. -----

----- A moção apresentada, foi aprovada por unanimidade e encontra-se anexa à presente acta. -----

## ORDEM DO DIA -----

- 1) **Discussão e votação dos documentos de prestação de contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013.** -----



Assembleia Municipal

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa** que começou por cumprimentar os presentes e fez uma apresentação muito breve, fazendo um apanhado muito sintetizado daquilo que considero que são os indicadores mais relevantes relacionados com a prestação de contas do exercício de 2013 e com a aplicação do resultado líquido do exercício; como poderão verificar são dois pontos distintos da Ordem do Dia mas considerando que são assuntos que estão interligados, eu permitia-me fazer a apresentação sucessiva dos dois.-----

-----Como terão verificado, mantêm-se duas reservas ao nível da certificação de contas, são as mesmas que já vêm do ano anterior, uma delas está relacionada com a avaliação do imobilizado e em relação a esta problemática a situação decorre do facto de não ter sido possível fazer a valorização de todos os bens móveis e imóveis do Município e diria que não foi possível e também quem se movimenta neste meio, do ponto de vista técnico, sabe que no Município é praticamente impossível concluir esta missão, uma vez que quando terminar a avaliação dos bens imóveis, edifícios, haverá redes de água, redes de saneamento, estradas velhas, estradas novas, terrenos em zonas centrais e em zonas rurais, é uma tarefa quase impossível de levar a bom porto na sua totalidade. Relativamente à ADSE, que é uma das outras reservas que se mantêm dos exercícios anteriores, para os Senhores Deputados que estão mais recentemente e/ou pela primeira vez na apresentação de contas, dizer que existiu historicamente nesta casa uma prática de não pagamento das obrigações para com a ADSE. Em 2005, quando este Executivo, pela primeira vez, assumiu funções, pagou toda a dívida que estava relevada na Contabilidade do Município, na altura foram 110.930,00€ e passou a pagar regularmente esta obrigação. A ADSE continua a reclamar cerca de 500 mil euros de dívida de anos anteriores, que não estava reflectida na contabilidade da Autarquia, alguma dela já vem do final da década de 70 e desde então, até 2005, a prática de não pagamento à ADSE foi sendo generalizada.-----

-----Passando aos aspectos reportados no Relatório de Gestão, uma referência aos trabalhadores do Município, que em 2005 eram 262 e em 2013 eram 213.-----

-----Uma referência ao absentismo, para dizer que se registaram mais de 4600 ausências em 2013, quase metade delas por doença, o que significa que a taxa de absentismo se situou nos 10% e equivale a dizermos e a admitir que destes 213 trabalhadores, em termos médios e permanentemente durante o ano de 2013, 21 deles não estiveram no trabalho.-----

-----Também uma referência aos Recursos Humanos, nomeadamente na aposta ao nível da Formação Profissional e da qualificação dos Recursos Humanos, e também uma referência que considero pertinente relacionada com a questão da política de qualidade. Ao nível da Formação foram ministradas praticamente 2500 horas de formação profissional e consolidámos o sistema da Gestão da Qualidade que implementámos em 2008 e que, basicamente, tem por missão assegurar que o



Assembleia Municipal

relacionamento mais directo com os nossos munícipes, com os nossos clientes, se pautar por critérios de qualidade. Neste sentido, foi possível fazer a certificação, do ponto de vista da qualidade, deste conjunto de serviços que aqui estão referenciados, dizendo também que tivemos a última auditoria por parte de entidade que faz a certificação da Qualidade no Município, a APCER, entre os dias 18 e 20 de Março.-----

-----Passando em concreto à situação financeira, ao nível da execução orçamental, a receita cobrada ultrapassou ligeiramente os 11.180.000,00€, corresponde a 74% da receita que estava orçamentada. Receita corrente teve uma execução superior à que estava orçamentada, 105%. Ao nível da receita de capital uma execução que pouco ultrapassou os 25% e decorre muito significativamente de termos entrado em 2013 numa situação do ponto de vista dos financiamentos comunitários, de falta de candidaturas.-----

-----Ao nível da despesa, foram executados 10.057.000,00€, correspondendo a cerca de 66,7% daquilo que estava orçamentado.-----

-----Uma referência que também consideramos significativa, uma vez que foi uma forte aposta deste Executivo, ou seja, reforçar os meios afectos às Juntas de Freguesia, também no sentido de lhes permitir melhor cumprirem o seu papel nos territórios em que estão sediadas; na forma de delegação de competências e Adendas foram transferidos mais de 337.000,00€; na forma de Contratos Programa, mais de 327.000,00€ e na forma de afectação de pessoal mais de 238.000,00€. Grosso modo, para as Juntas de Freguesia, há aqui já uma transferência na ordem de um milhão de euros por ano.-----

-----Ainda uma outra referência para as despesas com o pessoal, que em 2013 se cifraram em pouco mais de 3.422.000,00€, tem um peso significativo, é a rubrica que mais pesa nas despesas correntes, 47% e do total das despesas representaram 34%.-----

-----Referir-me também à matriz de poupança, para dizer que foi possível libertar um valor muito significativo de receita corrente que não foi gasta em despesa corrente para investimento; só pelo facto de ter sido possível fazer uma poupança ao nível da despesa corrente foi possível ainda assim, executar os valores de despesa de capital que há pouco vos referi e que foram de cerca de 2.800.000,00€.-----

-----Estas tabelas resumem o comportamento do endividamento líquido desde 2005 até 2013; deste período e também aos períodos que antecederam a 2005, o endividamento líquido a que chegámos no final de 2013 é inequivocamente o valor mais baixo deste horizonte temporal; este gráfico permite mais facilmente fazer a evolução deste indicador, sendo que, do ponto de vista absoluto, terminámos 2013 com um endividamento líquido de cerca de 4.400.000,00€.-----



Assembleia Municipal

-----Por fim, e no que respeita à situação financeira, uma breve referência ao balanço e à demonstração dos resultados; ao nível do balanço e por comparação com 2012 o activo líquido registou um decréscimo de 1,71%; os fundos próprios aumentaram em 2,11%; o passivo registou um decréscimo de 8,04%. O resultado líquido cifrou-se em pouco mais de 723.000,00€ e a proposta da aplicação do resultado decorre exclusivamente da aplicação das regras legais e a nossa proposta é de que 5% do valor do resultado líquido do exercício ou seja 36.178,61€ seja afecto a reservas legais e os remanescentes 687.393,55€ afectos a reforço de património.-----

-----Não queria finalizar a minha intervenção sem assinalar, do ponto de vista pessoal, a data que hoje comemoramos e fazendo a ponte por um aspecto que é consensual ou que me pareceu relativamente consensual, por parte dos Senhores Deputados, o forte investimento na Educação, dizer que é muito diferente o quadro que tínhamos em 1970 do quadro que temos actualmente. Objectivamente, a melhoria do nível escolar, do nível educativo do concelho, significou a emancipação do concelho. Duas referências muito simples e muito sintéticas que todos perceberemos: em 1960 foi um indicador que apanhei aqui de repente numa base de dados fantástica, da população do concelho com mais de 15 anos, apenas 0,2% tinha ensino superior; em 2011 a percentagem da população com mais de 15 anos com curso superior, já foi de 5,3%. Em 1960 a população com mais de 15 anos sem qualquer nível de escolaridade era superior a 75%; em 2011 foi de 18,1%. Naturalmente que nestes 18,1% estará essencialmente a população mais idosa, que já era sem escolaridade obrigatória em 1960 e que felizmente ainda se mantém viva, mas regista-se aqui uma evolução muito significativa.-----

-----Terminava citando Nelson Mandela, para dizer e consubstancia-se bem na realidade que temos aqui no concelho e na emancipação que o concelho teve nestes 40 anos, que a Educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo; confirma-se também no nosso concelho.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha** referindo que não posso deixar de congratular a pluralidade e diversidade de intervenções que aconteceram Antes da Ordem do Dia e registo com particular satisfação as diversas intervenções da maioria da bancada, que contrastam com o silêncio generalizado dessa bancada nas Assembleias anteriores; a democracia em geral e o concelho em particular ficam a ganhar.-----

-----Vou fazer uma apreciação muito sucinta da prestação de contas relativa ao ano de 2013, nomeadamente em relação às Grandes Opções do Plano; começo por chamar a atenção para a reduzida taxa de execução do Orçamento; um Orçamento quanto a nós, é a tradução em números, isto é, em valor de um conjunto de objectivos, que uma equipa se propõe atingir; a respectiva taxa de execução é uma das principais medidas de avaliação da performance dessa equipa. Em 2013 a taxa de execução das Grandes Opções do Plano e estamos a falar sempre das Grandes Opções do Plano,



Assembleia Municipal

é muito reduzida não chegando aos 50%; isto significa muito simplesmente que a equipa falhou em grande medida o atingimento dos seus objectivos. A este propósito quero apenas dar um exemplo, não vou entrar em detalhe, a taxa de execução da rubrica relativa ao saneamento é de 32% apenas e no que respeita às Etares é de apenas 16%. Creio que este número diz tudo e reflecte os vários projectos de saneamento espalhados um pouco por todo o concelho que todos os anos são prometidos e que todos os anos são adiados.-----

-----Para terminar, apenas um reparo final: não fica bem em meu entender, em Democracia, classificar todas as ideias que são contrárias às nossas como demagógicas e como, e cito, “ataques”; seria fácil retorquir na mesma moeda mas caros colegas, a Democracia é isto mesmo, faz-se de ideias desencontradas e acho bem, a bem do funcionamento desta Assembleia, que se habituem a viver com ideias contrárias às vossas.-----

-----O **Senhor Deputado António João Lopes** usou da palavra dizendo que falar de contas é sempre um assunto extremamente árido e difícil e conhecendo isto, propus, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo, lei 65/93, de 26 de Agosto, artigo 65º, consultar alguns documentos; fiz essa informação à Mesa da Assembleia, qual não é o meu espanto quando ontem, ao chegar à Câmara, me informaram que não havia mais nada para ver. Por isso eu proponho que na acta fique esta minha pergunta, porque é que não se cumpre a lei 65/93, de 26 de Agosto, artigo 65º, de acordo com a minha informação, e fique igualmente a resposta do Senhor Presidente da Assembleia, para futuramente falarmos sobre este tema.-----

-----Dado que não tive possibilidades de esclarecer os assuntos, agora não vou pedir para que sejam esclarecidos, pois isto são assuntos extremamente vagos e vastos; por exemplo, não encontrei nada relativo a provisões sobre cobranças duvidosas; é possível que esteja, mas tive dificuldade em encontrar. Também não encontrei nada relativo a Fundos Europeus, que obrigam a que tenham contas específicas, também é possível que esteja. Não vi nada sobre comprovativo de participações financeiras a entidades exteriores. Por exemplo, na página 6, no documento 11, por que razão é aí incluída, não havendo nem verbas incluídas; é evidente que isto obriga a tempo para consulta e coisas desta natureza eu espero que, num próximo futuro, haja capacidade de diálogo e a lei permite, para que não estejamos aqui a falar de coisas no escuro; é evidente que estamos no pós 25 de Abril de 40 anos e queremos que estas experiências sejam cada vez mais ricas e haja cada vez mais diálogo, que é coisa que me parece que em Arganil ainda temos muita dificuldade em fazer.-----

-----Seguidamente foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Horácio Afonso** que referiu que se inclui no grupo das estreias, com a felicidade disso coincidir com o dia 25 de Abril; quando penso no 25 de Abril lembro-me sempre daquilo que costumamos dizer pelo Natal; Natal é sempre que um homem



Assembleia Municipal

quiser e, infelizmente, nem sempre assim acontece com o 25 de Abril, mas tal como no Natal, vamos todos continuar a fazer um esforço para que isso aconteça.-----

-----A informação de Gestão sempre foi importante, hoje em dia é-o ainda mais, na medida em que os tempos estão difíceis e gerir é tomar decisões e elas convém que sejam permanentemente tomadas, com base em informação actualizada e de qualidade; e se ela é importante para quem gere, não é menos importante para quem tem a obrigação de supervisionar e de controlar, de fiscalizar, como é o caso da Assembleia Municipal. Nesse aspecto, e pela análise que fiz da documentação que nos foi proporcionada e também da leitura da acta da reunião de Câmara em que foram apreciadas as contas, concluo muito positivamente pela sua qualidade e não queria deixar de felicitar o Dr. Luis Paulo Costa e a sua equipa por aquilo que produziram. A informação é massuda, árida, como ainda agora foi referido, e nem sempre fácil de digerir, eu quase que diria que quem a faz põe nela muito esforço e depois aquilo que individualmente retiramos acaba por ser os aspectos de maior interesse, nas áreas em que nos focamos. Muito disto é por exigência legal, mas uma coisa que se nota e que é de louvar, é a linguagem que se procura simplificar, para que muita da informação seja perceptível para os não habituados a ler este tipo de informação.-----

-----Gostaria de fazer uma referência ao aspecto da qualidade na vertente da gestão financeira do Município e que como ainda agora se verificava daquilo que é um elemento de referência muito global, que é a recuperação em termos de dívida, e independentemente da filosofia política que está associada a melhores ou menores gastos, maior ou menor endividamento, a saúde de uma entidade como o Município tem que assentar sempre em solidez financeira. Vamos esperar que tenhamos chegado a uma situação razoável, nunca será ideal, para invertermos o ciclo e podermos começar a fazer mais coisas. Um aspecto que também me sensibiliza é a preocupação do Executivo na redução do tempo médio de pagamento a fornecedores, um número que é invulgar e que é do maior interesse pelo menos para os fornecedores locais da nossa área de influência, pois o dinheiro, a parte financeira, é o sangue de todas as entidades e quando não se cumprem os prazos as coisas complicam-se. Por último, queria apenas pedir ao Senhor Presidente um pequeno acréscimo de informação relativamente àquilo que é apresentado sobre as previsões para os encargos, algumas situações do Contencioso que andam na ordem dos 900 mil euros e que estão nas contas parcialmente, com um valor na ordem dos 300 mil euros. Um dos casos que tive oportunidade de ver, pela leitura das actas da Câmara, que foi recentemente abordada e que tem a ver com uma empresa chamada Henrique da Piedade Matos, e que aparentemente não chegaram a acordo por um valor substancialmente inferior àquele que está aqui registado, mas seria bom que coisas tão antigas, que já vêm de 1993, saber qual é o estado dessas coisas.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente às Reservas suscitadas pelo revisor oficial de contas, é um documento importante a ter em conta na medida em que ele atesta de forma independente e responsável a qualidade das contas, partilho completamente a opinião expressa pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, quanto às dificuldades de avaliação do Património e quase diria que não tenho dúvidas que se um dia for possível finalizar os valores que hoje temos serão muito ultrapassados e a riqueza do Município será definitivamente superior; a dificuldade está em pôr os euros à frente das várias componentes do património.-----

-----Quanto à ADSE, são as heranças do tempo em que as contas das entidades públicas ainda funcionavam em regime de caixa e as responsabilidades não apareciam; a minha recomendação, sugestão, era que se durante o ano de 2014 este assunto não for susceptível de encerramento, ou chegar a algum acordo com a ADSE, se pudesse reconhecer um valor que se considere razoável, embora me pareça que as circunstâncias dificultem o seu apuramento, mas um valor que se considere razoável, para ficar registada a disponibilidade do Município para reconhecer essa responsabilidade.-----

-----Da minha parte, pela análise que fiz, considero que as Contas expressam a posição patrimonial e financeira da Autarquia, em 31 de Dezembro de 2013 e também o reflexo da sua actividade traduzido no resultado que foi apurado.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** referindo-se ao Teatro Alves Coelho, que se encontra plasmado nas contas, com um investimento de cerca de 6 mil euros; o Teatro Alves Coelho, no próximo dia 9 de Maio irá realizar 60 anos; este Teatro já foi o ex-libris do concelho de Arganil e desta região, mas encontra-se num estado avançado de degradação em que só a sorte divina faz com que os bocados que não raramente colapsam, não atinjam algum transeunte incauto. A Comarca de Arganil noticiou que em Dezembro de 2008 foi celebrado um Protocolo entre a Câmara Municipal de Arganil e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, que estipulava a passagem do Teatro Alves Coelho para a administração da Câmara por 50 anos; o Protocolo estipulava que as receitas provenientes das rendas do restaurante e do café seriam consignadas à sustentabilidade de manutenção e melhoria do edifício, ficando a Câmara obrigada a manter a finalidade do edifício para a Cultura; até hoje, a Câmara de Arganil, segundo as contas realizadas, auferiu cerca de 35 mil euros em rendas, não se vislumbrando qualquer obra no Teatro Alves Coelho que justifique este valor. A Câmara obrigava-se igualmente à execução do projecto já aprovado durante o período de 2008 a final de 2013, a partir do qual a Santa Casa da Misericórdia podia reclamar a resolução do Protocolo. Na última reunião de Câmara o Presidente da Câmara Municipal de Arganil disse que esta Câmara não “fazia filhos em mulher alheia”; atendendo a estas palavras, fica-se com a ideia de que a Câmara não



Assembleia Municipal

pretende investir um cêntimo no Teatro Alves Coelho. Faço duas perguntas: a Câmara tem aplicado o dinheiro auferido nas rendas no Teatro Alves Coelho? Se sim, quais As obras realizadas?-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Oliveira**, referindo que já vai sendo hábito na prestação de contas eu elogiar o trabalho do departamento financeiro da Câmara pela forma como apresenta as contas e as evidencia de forma clara; neste momento por uma questão de comodidade e poupança de tempo, faço minhas as palavras do Senhor Horácio Afonso.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado António Simões** dizendo não vou fazer uma análise exaustiva do documento, fazendo minhas as palavras dos Vereadores do PS na reunião do Executivo de 1 de Abril, onde foi discutido este documento. Tecnicamente não tenho nada a dizer a não ser elogiar o desenvolvimento técnico do documento, mas não deixarei de salientar que as despesas de capital orçamentadas, diga-se investimento, eram de 6.508.000,00€ e o valor executado foi de 2.778.000,00€, ou seja, uma execução na ordem dos 42,68%. Por este baixíssimo rácio de execução, todas as justificações dadas pelo Executivo do PSD, serão tecnicamente aceitáveis e algumas até razoáveis, embora politicamente desajustadas dos apregoados grandes desígnios para o concelho, ficam muito aquém do anunciado período eleitoral e refiro em números, pois os números dão clareza e a verdade dos factos: no objectivo 02 do GOP ação social, programa 04, tem previsto um investimento de 90 mil euros e uma execução de 0%; neste programa estava orçamentado entre outros programas que aqui já foram referidos, o conforto habitacional para pessoas idosas; tudo isso ficou por realizar. Não se valorize demasiado a ação social escolar, programa 2, embora seja de realçar o desempenho da Câmara Municipal nesta área, já que orçamentada em 933.500,00€ e executada em 80%, por isso é notável, nesta área a Câmara trabalha bem; há no entanto que atender a que os transportes escolares aqui também já falados representam só por si 72,5% desta rubrica e que as refeições escolares representam 16,5% ou seja, só estas duas situações representam 89% deste orçamento da ação social escolar, restando 11% para as restantes ações, ou seja cerca de 10 mil euros. Fantástico nos transportes, fantástico nas cantinas escolares, mas de resto, houve apenas 10 mil euros para gastar no resto da ação social escolar. Penso que isto dá uma imagem do andamento das questões.-----

-----O Ordenamento do Território, que é o programa 07, orçamentado em 732.500,00€ foram executados apenas 18,2%.-----

-----O abastecimento de águas, programa 09, orçamentado em 223.000,00€, foi executado em 26%.-----

-----A Cultura, que inclui o Teatro Alves Coelho, programa 012, orçamentada em 140.000,00€, foi executada em 10%.-----



Assembleia Municipal

-----No objectivo 03, a Agricultura, programa 01, orçamentada em 204.000,00€, foi executado 0%, apesar de, como sabemos, estar em curso uma ação do Arganil + Agrícola, mas não me parece que esse seja um desígnio, com uma execução de 0%.-----

-----Os Transportes Rodoviários, dos quais fazem parte as acessibilidades, as vias estruturantes, programa 03, orçamentada em 1.830.000,00€, foi executado 33%; daí, todas estas queixas que ouvimos, do estado deplorável das vias de comunicação.-----

-----O Turismo, outro grande desígnio, programa 05, orçamentado em 327.000,00€, foi executado em 57%, parece-me uma margem boa de execução, mas analisando melhor, as Feiras das Freguesias representam 18%; a Ficabeira 70% e a Feira Medieval 7% ou seja, essas 3 iniciativas são 95% do orçamento do Turismo; o que resta, 5%, são mais ou menos 16 mil euros num ano; também por aqui se vê o grande desígnio do Turismo.-----

-----Esta análise não tira qualquer legitimidade às opções do Executivo, apenas me parece que demonstram um desvio de trajectória em relação àquilo que foram as Grandes Opções do Plano. Há aqui um grande desvio de trajectória, desenhado pelo Executivo em 2012 e por outra razão: pelo PS não estar de acordo com esse mesmo Plano, pelo qual votou contra, já que as suas prioridades seriam evidentemente outras, resultando um maior benefício para a população do concelho, com uma aproximação significativa do orçamento e com o executado nisso não tínhamos dúvidas.-----

-----Termino, abordando a questão da Cerâmica Arganilense; já que o Senhor Vice-Presidente na reunião de Câmara de 01 de Abril disse e passo a citar a respectiva acta, "Ainda não consegui perceber uma coisa e, de uma vez por todas, gostava de ficar esclarecido: esta questão da Cerâmica é colocada sistematicamente em cima da mesa e ainda não consegui perceber tanta insistência neste assunto, que do ponto de vista político até já foi sufragado mais do que uma vez pelos eleitores. Ora, gostava de perceber, definitivamente, qual é a posição da bancada do PS relativamente a alguns aspectos que considero fundamentais; piscina aquecida: acham ou não que devia ser feita uma piscina aquecida municipal no concelho? Acham ou não que devia ser preservado o único monumento industrial que existe no concelho?" – fim de citação. Usando uma figura por vezes usada pelo Senhor Presidente da Câmara, diria que o Senhor Vice-Presidente anda distraído e desta vez acrescento hoje, distraído e sem perdidamente – foi o que há pouco comentou sobre os distraídos. Para que me recorde, o PS, desde os últimos anos do século passado, os terrenos da Cerâmica foram adquiridos pela Câmara em 1993, tem demonstrado vontade de reabilitar a Cerâmica e apresentado ideias; antes de 2000. Mais recentemente e referindo-me a 2005, quando os Senhores se candidataram pela primeira vez à Câmara e o PS também lá estava, o PS escrevia no seu jornal de campanha a transcrição do seu Programa, numa alínea que se chamava "Social e Educação": "será um desígnio para o nosso futuro Executivo Municipal investimento nas pessoas no sentido de



Assembleia Municipal

possibilitar a formação de cidadãos completos, quer em termos sociais, quer em termos educativos, pois serão eles o grande de um melhor futuro para o nosso concelho e região”. Mais adiante dizíamos: “faremos uma forte aposta no Ensino Técnico e Profissional, bem como na área das Artes e Culturas, criando na Antiga Cerâmica de Arganil a Casa das Artes e Ofícios, onde ficará localizada a Instituição para aquele ensino, na qualificação dos Recursos Humanos para aqueles que não encontrem resposta nos currículos escolares, na procura de uma profissão que os ensine dignamente no mercado de trabalho”. Isto referia-se à Cerâmica; penso que, de uma vez por todas, estamos esclarecidos sobre o que o Partido Socialista pensava fazer na Cerâmica. Ainda mais à frente, nesse mesmo jornal de campanha, no programa do PS, dizia-se “Desporto e Cultura”: “em termos de Desporto queremos construir Piscinas cobertas que permitam a aprendizagem, a prática desportiva, o simples lazer, utilização de manutenção ao fisioterapeuta, em local a definir para um complexo desportivo” – fazíamos a piscina num local que iríamos definir. “Em termos culturais, seguiremos a política actual, com a atenção dada às bibliotecas, promovendo a mostra e o conhecimento de figuras notáveis da nossa terra, das actividades das Filarmónicas, dos Ranchos Folclóricos e Tunas, sediando-as na Casa das Artes e Ofícios, onde fundamentaremos uma Oficina de Teatro e Música”. Penso que não vai haver mais dúvidas de que requalificávamos a Cerâmica e fazíamos as Piscinas. De 2005 para cá, os Senhores resolveram avançar com a Requalificação da Cerâmica e muito bem, que teve várias evoluções de projecto, muitas delas com a colaboração do PS que apenas e sempre manteve e mantém discordância relativamente às valências e utilizações da obra e não contra a sua realização, que também faríamos mas, como foi descrito, de outra maneira. O futuro julgará as opções tomadas. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu, relativamente à intervenção do Senhor Deputado António João Lopes que uma questão são as divergências políticas e de opinião relativamente à aplicação ou não, dos meios que houve para o exercício de contas. Outra, são as insinuações sobre não terem sido seguidos os procedimentos adequados. Devo lembrar que estes documentos passaram em sede de Executivo, em Reunião de Câmara, onde foram assinados, certamente o Senhor Presidente da Câmara irá esclarecer algumas dúvidas e certamente que se ainda persistirem dúvidas, terá todo o caminho para encontrar o esclarecimento das mesmas. -----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa** que começou por abordar dois aspectos focados pelo Senhor Deputado António João Lopes, um deles que tem a ver com as provisões para riscos e encargos; nos documentos que foram remetidos aos Senhores Deputados os valores estão devidamente reflectidos nestes documentos, as participações financeiras a entidades exteriores também constam de um mapa que foi distribuído. Fazendo também minhas as



Assembleia Municipal

palavras do Senhor Deputado Horácio Afonso, admitir que pode haver aqui informação mais ou menos acessível e mais ou menos complexa, mas a verdade é que qualquer um dos elementos que referiu, nomeadamente a questão das provisões e das participações financeiras a entidades externas, são matéria que está reflectida na documentação que foi distribuída.-----

-----Relativamente às palavras do Senhor Deputado Horácio Afonso, em primeiro lugar agradecer as palavras simpáticas que deixou e dizer que no que se refere ao tempo médio de pagamento encaramos, desde 2005, que o Estado e as entidades públicas são as primeiras a ter que dar o exemplo nesta matéria; não é aceitável nem admissível, nem é salutar para o funcionamento da economia, e demonstram-no os mais variados estudos publicados a nível internacional, que haja prazos de pagamento por parte de entidades públicas de 3, 4, 5 meses, às vezes até superiores a um ano; isso é desastroso para o normal funcionamento da economia; ainda há dias, salvo erro numa iniciativa da CIPS, se voltava a colocar o dedo nessa ferida, no sentido das entidades públicas honrarem os compromissos que têm a tempo e horas.-----

-----Relativamente às provisões relacionadas com os processos judiciais, como reparou e bem, um dos processos refere-se a terraplanagens que foram realizadas na Zona Industrial da Relvinha, penso que isto será de 1993 ou 1994. Houve um conjunto de trabalhos na altura que foram realizados de uma forma não consentânea com a contratação pública, aquilo que é confirmado nas sentenças que houve nas várias instâncias é que foram ordenados verbalmente; havia um valor muito significativo que era reclamado e recentemente, no âmbito da insolvência desta empresa, foi possível chegar a um acordo de um valor de 60 mil euros, que foi aprovado em reunião de Câmara; este valor é, ainda assim, inferior àquele que já na altura em sede de arbitragem gerida pelo então Conselho Superior das Obras Públicas, era reconhecido pela Autarquia de trabalhos efectivamente realizados, a grande divergência estava relacionada com os juros que eram solicitados ou que eram pretendidos pela empresa, que tinham valores muito significativos. Mas em relação a este processo ele ficará resolvido na sequência da deliberação de Câmara que foi tomada.-----

-----Relativamente aos restantes, temos uma situação de uma não conformidade ao nível da ETAR da Zona Industrial da Relvinha, o valor da provisão que foi constituída refere-se ao limite mínimo da contra-ordenação e, não havendo antecedentes e admitindo que venha a haver condenação, este será o valor em que o Município será condenado. Há também um processo, este mais complexo, relacionado com a empreitada de reabilitação do Sub-Paço, é uma matéria que também já foi atempadamente discutida em reunião de Câmara e penso que também foi abordada em Assembleia Municipal e que, muito sucintamente, para quem não acompanhou o processo, se resume a isto: na empreitada estava previsto um conjunto de trabalhos bastante significativo na margem direita da Ribeira de Foiques, em determinada altura o Senhor Presidente da Câmara apercebeu-se que



Assembleia Municipal

estavam a chegar Autos de Medição e facturas relativos a trabalhos na margem direita da ribeira que não eram visíveis, e de imediato foram desencadeados os necessários processos de averiguação e daqui depois resultou um diferendo com o empreiteiro, sendo que a Autarquia reconhece como saldo final, entre aquilo que já tinha sido pago por conta de trabalhos que não estavam realizados e aquilo que foi de facto efectuado, reconhecemos que haverá aqui ainda um valor de cerca de 110 mil euros para pagar, o empreiteiro reclama um valor significativamente superior, sendo que nesse valor que reclama inclui coisas que não tinham sido executadas e que nós abatemos, e há também uma situação relacionada com trabalhos que estava determinado que tivessem determinadas características e foram feitos de forma diferente e aí também há um acerto. Pacificamente a Autarquia reconhece este valor que está provisionado de 110 mil euros como o valor que terá que pagar ao empreiteiro.-----

-----Temos também uma situação relacionada com a ETAR do Barril de Alva e aqui vale a pena fazer a ponte para dizer - e falo deste assunto porque é uma das Etares que está considerada nesse contrato, que em sede de reunião de Câmara foi deliberada a instauração de uma ação judicial contra a Águas do Mondego por incumprimento contratual; os contratos que foram celebrados no final de 2004 previam que aquela empresa fizesse um conjunto de investimentos no concelho, que integrasse vários Sistemas, que melhorasse aqueles que já tinham uma dimensão significativa, sendo que ao nível do saneamento, os que se destacavam e destacam ainda hoje são a ETAR da Alagoa e a ETAR de Côja; ao nível do abastecimento de água eram a ETA do Feijoal, a da Alagoa e a de Vila Cova de Alva e, para além destes investimentos, havia ainda uma série de investimentos em Etares e em Subsistemas de distribuição de água, sendo que, no que se reporta às Etares estava prevista uma para o Barril de Alva. Falo desta deliberação que foi tomada em sede de reunião de Câmara uma vez que, o que temos aqui, é a materialização da não realização do investimento que devia ter sido concluído até 2008 por parte da Águas do Mondego.-----

-----Temos ainda uma situação que está em litígio, que decorre de uma estrada florestal ou caminho agrícola que foi aberto na zona da Albufeira das Fronhas, alguns dos presentes conhecem o litígio que existiu a nível local com um casal que se apropriou de terrenos públicos, que resultou numa ação judicial que foi ganha em primeiro lugar pela população da aldeia, que se via quase afrontada pelo facto de estar a ser subtraído ao espaço público espaço que era de todos, e isto resultou depois num conjunto de antipatias, sendo que esta situação resultou de uma sinalização que foi feita na altura por essas pessoas.-----

-----Falou-se também na certificação de contas e das reservas; aquilo que acho que terá que ser resolvido obrigatoriamente durante o ano de 2014 será o da ADSE; temos vindo sistematicamente a solicitar à ADSE que interpusesse uma ação judicial contra o Município, para que houvesse uma



Assembleia Municipal

sentença que eventualmente nos condenasse e que nos habilitasse de uma forma mais confortável a podermos pagar este valor, tal ainda não sucedeu, mas também é verdade que talvez há uma semana o Tribunal de Contas pronunciou-se relativamente a esta matéria e recomenda - e como sabemos as recomendações do Tribunal de Contas têm cumprimento obrigatório, que esta questão seja resolvida; se este valor não for possível de validação por outros instrumentos, que mais não seja por força da recomendação do Tribunal de Contas, é algo que terá de ser resolvido.-----

-----Queria também abordar a intervenção do Senhor Deputado António Simões, para dizer que no que diz respeito à receita de capital, vale a pena fazer um esclarecimento, dizendo que do valor que o Município recebe por via do Orçamento do Estado, que são cerca de 6 milhões de euros, tradicionalmente este valor era repartido como sendo 40% para despesas de capital e 60% para despesas correntes; este rácio de distribuição deste valor alterou-se entretanto e fez com que o valor do Orçamento de Estado destinado a despesa corrente que antes era de 60% passou para 80% e aqui há um aspecto que é directo, que é o do valor afecto a receita de capital, que reduz de 40% para 20%. Temos aqui um milhão e duzentos mil euros que tínhamos repercutido como sendo uma receita de capital provisional e que não se materializou sendo receita de capital, por força desta alteração de regras, mas que se materializou do ponto de vista da cobrança da receita, no seu total.-----

-----Relativamente à Cerâmica, provavelmente o problema terá sido meu e só meu, e não se deverá a nenhum problema de interpretação, certamente que não me terei explicado da melhor forma na reunião de Câmara e daí se ter criado a dúvida ou ter aparecido agora esta intervenção do Senhor Deputado António Simões; a situação que fez das minhas palavras tem que ser enquadrada no contexto e o contexto dessa reunião de Câmara, e isto foi o que entendeu a bancada do PS na Câmara Municipal, é que o investimento que tinha sido realizado na Cerâmica condicionou o restante investimento que poderia ser feito no concelho e aquilo que eu pretendo demonstrar foi que, se à semelhança deste Executivo, também teriam gasto um valor com a execução da Piscina Municipal, porque como disse, era também um desígnio do PS; se, à semelhança deste Executivo, também teriam preservado o edifício da Cerâmica, aquele que é talvez o único monumento industrial do concelho, não teriam tido, do ponto de vista absoluto, grande diferença daquilo que condicionou o investimento noutras áreas. Vale a pena também dizer que objectivamente e verdadeiramente aquilo que condiciona a nossa actividade, do ponto de vista do investimento, não é a questão da Cerâmica, porque a Cerâmica representa aquilo que é muito caro a este Executivo, o cumprimento das promessas eleitorais, e foi de uma forma muito clara, um compromisso assumido em 2005, que felizmente foi cumprido; aquilo que condicionou a nossa actividade foi a dívida que tivemos que pagar ao longo destes anos, de 4 milhões de euros; imaginem o investimento que seria possível fazer e aqui sim, o concelho ficou condicionado no investimento que poderia ter por esta situação e ainda aquilo



Assembleia Municipal

que foi pago de juros de financiamento, que também são valores muito significativos. Espero que a situação tenha ficado clara.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que, relativamente ao Teatro Alves Coelho, eu realmente usei essa expressão, mas tive ocasião de dizer que não era provavelmente a expressão mais adequada, mas também não encontrava outra, de que a Câmara não faria investimentos do tipo "fazer filhos em mulheres alheias"; mas quero dar-vos nota de que tipo de investimentos é que a Câmara não fazia; todos reconhecem que o Teatro Alves Coelho não é um equipamento municipal, está cedido em regime de direito de superfície, como o Campo Dr. Eduardo Ralha não é um espaço municipal, está também cedido em regime de direito de superfície. O Campo Dr. Eduardo Ralha, depois do investimento que a Câmara já fez de 1.300.000,00€ naquele espaço, mesmo assim, todos os anos pagamos uma renda de 4.400,00€ ou seja, fazer investimentos em espaços, terrenos ou edifícios, que não são da Câmara Municipal e ainda ter o ónus de pagar rendas anuais como esta, isso, é aquilo que não queremos fazer no Teatro Alves Coelho; aí há toda a diferença, é que relativamente ao Teatro Alves Coelho, depois de um processo difícil de negociação com a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, ficou acordado que as rendas relativas à exploração do restaurante e do café eram para, depois da intervenção, poder fazer a manutenção do edifício.-----

-----Quero também dizer ao Senhor Deputado Fernando Vale que já demos nota à Santa Casa da Misericórdia de Arganil de qual é o nosso plano relativamente ao Teatro Alves Coelho; não tendo sido aberto nenhum aviso de concurso relativamente à rede de Equipamentos Culturais no Programa de Fundos Comunitários de 2007 a 2013, nós tencionamos fazer esta intervenção de forma faseada, a não ser que surja uma oportunidade, no ciclo de Fundos Comunitários de 2014-2020 e possamos fazer uma candidatura; mas o nosso compromisso é, de forma faseada, fazer a recuperação do Teatro Alves Coelho, até ao segundo semestre de 2017. Queria ainda dizer que o valor recebido de rendas desde a assinatura do contrato de superfície em 2008 não foi gasto em nenhuma intervenção, está numa conta bancária própria para o efeito, para ser utilizado depois na intervenção de fundo que pretendemos fazer.-----

-----Relativamente à Cerâmica Arganilense, ouvi com toda a atenção a intervenção do Senhor Deputado António Simões aliás, conhecia as propostas para a Cerâmica Arganilense, tivemos ocasião de as debater nas eleições de 2005; também concluímos hoje que existe um PS desde 2005 e existia um PS diferente antes de 2005, porque não obstante o debate que travámos sobre estas matérias, a verdade é que, quando chegámos à Câmara Municipal percebemos que o único projecto elaborado por um gabinete de arquitectura com os custos de intervenção devidamente estimados, era para a criação de um Centro de Cultura da Terra, no edifício da antiga Cerâmica Arganilense, cujo valor estava muito próximo dos 6 milhões de euros; existia uma intenção de investimento relativa à



Assembleia Municipal

construção de piscinas aquecidas municipais, nos terrenos da Santa Casa da Misericórdia, junto à actual piscina descoberta, onde existe um ring e cujo valor estimado era entre os 2 milhões e meio e os 3 milhões de euros; ora, se somarmos os 6 milhões com os 2 milhões e meio, 3 milhões, facilmente chegamos aos 9 milhões de euros. O investimento que o Executivo Camarário fez na Cerâmica Arganilense e que contempla também a valência de Piscina, foi de 6 milhões de euros; aqui podemos facilmente perceber que aquele investimento que fizemos na Cerâmica Arganilense, com uma boa parte das valências que o PS antes de 2005 tinha previsto, é significativamente inferior. Espero que também não fiquem mais dúvidas sobre esta matéria, compreendo que os Partidos e as pessoas possam mudar de opinião, e neste caso não há uma mudança de posição do Senhor Deputado António Simões, relativamente àquilo que disse em 2005, mas há aqui uma mudança significativa naquilo que era a perspectiva do Partido Socialista antes de 2005, para a Cerâmica e para a construção das Piscinas Municipais e há uma perspectiva diferente depois de 2005.-----

-----O **Senhor Deputado António Simões** usou da palavra começando por responder ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que, como sabe, o Partido Socialista, antes de 2005, tinha outras pessoas à frente; espero que não apareçam aqui, daqui a 3 ou 4 anos alguém a dizer que houve um PSD antes de 2007 e outro depois, porque seguramente as pessoas que virão a seguir ao Senhor Presidente terão outras ideias, outras perspectivas de vida, outras soluções. Essa ideia de haver dois PS's não percebo, mas o Senhor Presidente percebe porque é que eu não percebo, seguramente; aqui não há dois PS's. Já agora posso perguntar se haverá dois PSD's; lembro que no seu próprio mandato houve dois ou três projectos para a Cerâmica; começaram, como se lembra, numa célebre reunião em 2005; foi apresentado ao Executivo um projecto de uma promoção imobiliária. Depois acrescentaram lojas, depois era um Centro Comercial e depois acabou como está, que não corresponde ao projecto inicial, portanto, pergunto se no seu mandato há dois PSD's. As ideias são evolutivas e os projectos alteram-se e evoluem. Relativamente ainda às ideias anteriores, na news letter que foi emitida pela Câmara em 1 de Dezembro de 2010, começa por dizer assim: "ponto de partida; o espaço da antiga Cerâmica Arganilense foi adquirido em 1993 pela Câmara Municipal, correspondendo a uma área global de cerca de 45 mil metros quadrados; face ao abandono e crescente degradação, surgiram várias ideias para a sua requalificação". O próprio PSD está aqui a dizer que antes houve várias ideias, foi o que eu disse também. E diz mesmo Museu Nacional do Bombeiro ou Centro de Cultura. Houve essas ideias, que não se realizaram e houve depois uma evolução. Eu já tinha ficado esclarecido com a sua intervenção, espero que fique esclarecido com a minha.-----

-----Relativamente ao que disse o Senhor Vice-Presidente, eu já disse aqui e volto a ler "para este baixíssimo rácio de execução das despesas de capital todas as justificações dadas pelo Executivo



Assembleia Municipal

PSD serão tecnicamente aceitáveis e algumas até razoáveis”; eu disse isto aqui há pouco; depois acrescentei “embora politicamente desajustadas dos apregoados grandes desígnios” porque os Senhores é que fizeram o GOP de 2012, não fomos nós e foram os Senhores que não cumpriram; politicamente falharam.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** dizendo que foi referido o tema das Etares, cujo cumprimento não foi atingido pela Águas do Mondego e eu gostava de saber porque é que a Câmara Municipal de Arganil, após mais de 5 anos de ter terminado esse prazo de conclusão, é que partiu para esta posição, só agora; porque é que não tomou essa posição há 5 anos atrás, quando o prazo do contrato acabou.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Almeida** para acrescentar a minha opinião e a minha posição; relativamente à Cerâmica Arganilense, será certamente uma estratégia da bancada do Partido Socialista continuar a remar sozinha, enquanto Oposição; para um edifício que foi requalificado, que foi valorizado e vangloriado eternamente já por muita gente que visita Arganil, como um excelente exemplo de rentabilização de um espaço que estava devoluto e à beira da ruína, que tem valências, tem as Piscinas Municipais, tem um sucesso que quer queiramos quer não, de número de utilizações pagas, tem um sucesso do número da rentabilização que é feita ao nível da Educação, de permitir que as crianças, aquelas que os pais não têm possibilidades de frequentar as actividades aquáticas, que o possam fazer sem custos acrescidos, a Escola de Natação, toda aquela dinâmica de reabilitação para os idosos, etc. Quer queiramos quer não, um ano depois, é um sucesso. Da parte cultural inserida, já aqui foram falados os valores; são duas opiniões distintas, uma que em 2005 tinha o Partido Socialista, outra em 2005 que tinha o PSD. Lembro que ambos os projectos foram sufragados pelos eleitores em 2005, que decidiram dar a maioria e escolher o projecto do PSD; entre 2005 e 2009 houve uma evolução infelizmente a todos os níveis desastrosa, em termos financeiros, o Mundo deu a volta e, como tal, o Executivo teve a hombridade de reconhecer que uma parte daquele investimento devia ser repensada, fê-lo a seu tempo, fê-lo bem e tomou essa decisão, o espaço está lá, é um espaço multiusos, um espaço que terá a futura implementação do Museu Internacional do Rali, aí sim, caracterizando e vincando mais Arganil como capital do Rali, que acho que é isso que nos diferencia. A obra está lá, foi comparticipada por fundos comunitários, em termos do investimento para a Câmara Municipal foi reduzido e o Senhor Vice-Presidente há pouco referiu que se tomarmos em conta aquilo que já foi pago, em termos de juros da dívida que transitou do Executivo PS para o Executivo PSD, aquele investimento que sai dos cofres do Município, é bem inferior à herança que o Partido Socialista nos deixou e essa herança é a que será deixada aos futuros Executivos, estou seguro, não na pessoa do Senhor Presidente mas do PSD com certeza, não do PSD A nem do PSD



Assembleia Municipal

B, do PSD único e só, porque o PSD de Arganil é único e um só. Aquilo que digo à bancada do PS é para “descalçar a pedra do sapato” que têm porque esta obra voltou a ser sufragada em Setembro do ano passado e os Arganilenses, uma vez mais, claramente e esse foi o grande tema de discussão da campanha eleitoral, demonstraram qual era a opção escolhida. São opiniões, respeitamo-las, mas acho que devíamos seguir outro caminho.-----

-----Um último apontamento sobre o Teatro Alves Coelho: na Assembleia Municipal de Dezembro de 2013 o assunto foi aqui abordado e eu tive ocasião de dizer e volto a repetir que gostava de conhecer o projecto do Partido Socialista para aquele espaço, as suas valências, quanto custa e de que forma esperariam ter a capacidade de investimento ou, por outro lado, quais são as áreas em que reduzem o investimento; deixaríamos de ter transportes escolares gratuitos, cortaríamos noutras áreas fundamentais; eu quero o Teatro Alves Coelho requalificado, mas gostava de conhecer o projecto do Partido Socialista; nesta legislatura já é a segunda vez que coloco esta questão, vou ficar a aguardar certamente.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado António Simões** referindo que já não era necessário entrarmos neste ping-pong, mas são ditas coisas que merecem alguma resposta; a intervenção do Senhor Deputado Luis Almeida não me suscita qualquer contrariedade, a obra está feita, é notável, com tudo isso concordamos; se calhar temos que mudar a língua oficial da Assembleia, porque eu falo Português, não entendeu; eu não disse nada contra a obra. A sua intervenção foi óptima, não batemos palmas porque não vale a pena. Pedras no sapato, parece que o Senhor tem, nós não temos nenhuma pedra no sapato; fica esclarecido que não há pedras no sapato. Em 2005 tínhamos um verdadeiro projecto para aquela obra, o PSD tinha ideias, mas não tinha um verdadeiro projecto, não tinha uma ideia concreta, falava na requalificação da Cerâmica, mas não dizia o que lá fazia. Nós tínhamos no nosso programa um projecto concreto. Senhor Deputado fique descansado, que nós não temos nenhuma pedra no sapato e nunca verá a tal herança que deixa para os Arganilenses como o Senhor já aqui disse numa sessão, nunca verá as pessoas do PS a pintar aquele edifício de côr-de-rosa.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Maia Vale** que disse que esta da pedra no sapato já é recorrente; o Senhor Deputado Luis Almeida, com certeza terá consultado o Relatório e Contas e terá verificado que os cortes já existem, estão à vista de toda a gente; os Senhores já fizeram cortes nas estradas, no saneamento, nas águas.-----

-----O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Oliveira** disse ainda que vejo e todos vemos que a Cerâmica ao longo dos tempos tem servido de críticas, de



Assembleia Municipal

desajustes; julgo que era muito mais fácil "culpar" quem comprou a Cerâmica; evitava todas estas questões.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu que não vou retomar o tema da Cerâmica porque senão corremos o risco de criar uma nova língua no concelho, que é o "Ceramiquês". Apenas dizer ao Senhor Deputado António Simões que vi que leu com atenção a "news letter" que a Câmara fez, se ler o programa eleitoral do PSD de 2005 encontrará lá qual era o nosso objectivo para a reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense.-----

-----Respondendo à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Fernando Vale, sobre as Etares: estava previsto que fossem executadas até ao final de 2008, para além das de Arganil e Côja, que estão executadas, Pomares, S. Martinho da Cortiça, Barril de Alva, Vila Cova de Alva e Vinhó-Casal de S. João, que não foram executadas; pergunta porque é que só 5 anos depois é que decidimos avançar com uma ação judicial; sobretudo, porque tivemos desde 2008 compromissos recorrentes por parte da Águas do Mondego e da Águas de Portugal de que as obras iriam ser executadas no ano seguinte. Isso não aconteceu, cansámo-nos de esperar e entendemos agora avançar com essa ação judicial. É essa a única razão de só agora avançarmos com o processo judicial.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação os documentos de prestação de contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013 o qual foram aprovados por maioria com sete votos contra, dos Senhores Deputados Eugénio Fróis, António Oliveira Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Maia Vale, Patrick Dias da Cunha, Ana Rita Gonçalves e Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Senhor Leonel Costa e duas abstenções, do Senhor Deputado António João Lopes e do Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Senhor Manuel Ribeiro. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ausentaram-se os Senhores Deputados: Luís Gomes e Patrick Dias da Cunha.**-----

## **2 – Discussão e votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2013.** -----

-----Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2013 sendo aprovado por unanimidade.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

### **3 – Apreciação do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro. --**

-----Não houve pedidos de intervenção.-----

### **4 – Autorização prévia pela Digníssima Assembleia Municipal de Arganil para a abertura do Procedimento (concurso público internacional para o Fornecimento de energia eléctrica) e conseqüentemente a autorização prévia para a assunção do respectivo compromisso plurianual.-----**

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu que até aqui tínhamos como fornecedor único a EDP, agora, relativamente à Média Tensão, da Baixa tensão Especial e também da Baixa Tensão Normal, é necessário recorrer à contratação pública para contratar o fornecedor de energia eléctrica; nessa perspectiva, e uma vez que o valor é bastante significativo para os próximos 3 anos e que ultrapassa o limite dos 100 mil euros por ano, de compromissos plurianuais, aquilo que propomos à Assembleia Municipal é a autorização prévia para abertura do procedimento que é um concurso público internacional, para o fornecimento da energia eléctrica.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

### **5 – Apreciação e votação dos Contratos Programa com Freguesias de: Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Pomares, Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça, Secarias e Piódão e União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, União de Freguesias de Anseriz e Vila Cova de Alva, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva e União de Freguesias de Cegos e Teixeira – Apoio Financeiro para comparticipação na execução de diversos trabalhos a efetuar pelas referidas Juntas de Freguesia.-----**



Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Lei 75/2013 alterou aquilo que era a prática habitual dos apoios para as freguesias poderem ser decididos apenas em Reunião de Câmara e, neste caso concreto, essa competência passou a ser também da Assembleia Municipal; nessa perspectiva apresenta-se esta proposta de Contratos Programa com as freguesias elencadas que ascende a um apoio na ordem dos 170 mil euros.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** que fez uma nota de rodapé à Deputada Elisabete Oliveira, que a sua juventude por vezes leva a algumas incompreensões; relativamente àquilo que lhe disse o que falta dizer de uma forma clara é que nesta actividade política que iniciou há tão pouco tempo, aquilo que parece é.-----

-----Relativamente aos Contratos Programa, quero prestar a minha homenagem aos Senhores Presidentes de Junta que estão no terreno, trabalham muito; esta apreciação que faço é sempre positiva; vejo estas colaborações com muito agrado e penso que seriam de incentivar e de reforçar. A minha homenagem aos Presidentes de Junta por quem tenho uma grande admiração.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Horácio Afonso** para louvar as Juntas de Freguesia pelo trabalho desenvolvido e em particular a minha freguesia de origem, que hoje é União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra; para além de felicitar o Senhor Presidente, gostaria de estender uma referência às Comissões de Melhoramentos, no caso concreto da minha aldeia. Tem sido possível articular-se com o Município, nas suas duas vertentes, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e muitas vezes realizar obras que só por uma parte não seria possível concretizar. Fazia um apelo para que não esqueçamos as Comissões de Melhoramentos que antes do 25 de Abril eram umas pequenas luzes pela Serra do Açor, que muita coisa fizeram e muito mais poderão continuar a fazer no futuro, é preciso é que as encorajemos e que não esqueçamos estas oportunidades de estabelecer um relacionamento e concretizar obra.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** acrescentou que concorda inteiramente que as Comissões de Melhoramentos são o maior monumento humano e material se assim podemos dizer, que temos no nosso concelho.-----

----- **Regressou o Senhor Deputado Patrick Dias da Cunha.**-----

----- **Ausentaram-se os Senhores Deputados: Luís Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Senhor Alfredo Martins e Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Senhor Leonel Costa.**-----



Assembleia Municipal

-----Seguidamente, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação os Contratos Programa com Freguesias de: Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Pomares, Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça, Secarias e Piódão e União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, União de Freguesias de Anseriz e Vila Cova de Alva, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva e União de Freguesias de Cepos e Teixeira – Apoio Financeiro para comparticipação na execução de diversos trabalhos a efetuar pelas referidas Juntas de Freguesia, sendo aprovados por unanimidade.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

#### **6 – Apreciação e votação do Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia.**-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que gostava de dizer que fico com a sensação, não conheço bem como funciona a Comissão de Toponímia; a ideia que tenho é que por vezes há alguma ligeireza neste processo, é a minha suposição, que não está fundamentada, mas tenho essa sensação; que haja um esforço no sentido de não acontecerem alguns facilitismos.-----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Franco** perguntando como é que se coloca, perante estas novas regras, a substituição de equipamentos que vão ficando degradados, nomeadamente placas com nomes de ruas, visto que está estabelecido agora um normativo sobre o formato, dimensão e tipo de letra; quando tivermos que substituir equipamento degradado, substituímos e mantemos o aspecto que estava, ou alteramos o aspecto das placas? Isso é capaz de destoar o existente, modelo que existe já em algumas freguesias, e que penso que se devia manter, sob pena de depois parecer uma “salada de frutas” por misturarmos vários estilos de placas. Por outro lado, vejo que a competência da atribuição das denominações e a composição gráfica das placas é da Câmara Municipal e depois a aquisição das ditas placas já são as Juntas de Freguesia a ter que fazer. Nós somos o parente pobre desta história e cabe-nos a nós pagar as placas, acho que está errado. À semelhança da nova legislação das Taxas que nos passaram para nós, aquilo que era problemático, incómodo e que não tinha significado para a administração do Município, é passado para as Juntas de Freguesia; aqui, mais uma vez, a questão do custo das placas continua na Junta de Freguesia. Quero lembrar que isto é muito caro.-----

---

----- O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos**, usou da palavra para fazer um alerta à Câmara municipal; penso que a Comissão de Toponímia já não está activa,



Assembleia Municipal

mas ficaram muitas Travessas e outras artérias sem lhes ser atribuído nome; como o novo Regulamento diz que a atribuição de novos nomes ou alterações compete à Câmara Municipal, ouvidas as Juntas, propunha que a Câmara nos facultasse e nos pedisse esse parecer relativamente às artérias que ainda não têm nome, porque recebemos constantes pressões dos habitantes por causa da atribuição do número de polícia, a ver se conseguíamos concluir o processo, pelo menos em Arganil e periferia, uma vez que nas pequenas aldeias será mais simples.-----

-----Interveio o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Côja e Barril de Alva** dando uma explicação ao Senhor Presidente da Junta de S. Martinho da Cortiça: nós estamos no 25 de Abril e um dos slogans que existe é que os ricos paguem a crise.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu, respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, que as regras definidas são para os casos novos, as placas existentes devem ser o mais possível alvo de requalificação. Sobre o facto da aquisição e colocação das placas ser da Junta de Freguesia, isso decorre da Lei 75/2013, publicada em Setembro, que prevê que essa é uma competência própria da Junta de Freguesia.-----

-----Dizer ainda ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, sobre a questão das Travessa, este assunto foi abordado na última reunião de Câmara e, por proposta do Senhor Vereador João Pedro Pimentel, no sentido de reactivar a Comissão de Toponímia, eventualmente fazer uma nova designação da mesma, acolhemos essa proposta e a Comissão vai ser reactivada para depois poder resolver essas questões que colocou e naturalmente que a Junta de Freguesia será sempre ouvida no processo de atribuição dos nomes de rua.-----

----- **Regressaram os Senhores Deputados: Luís Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Senhor Alfredo Martins e Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Senhor Leonel Costa.**-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**7 – Apreciação e votação do Projeto de Alterações do Regulamento Municipal do Transporte Público em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi.** -----



Assembleia Municipal

-----Não havendo inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o Projeto de Alterações do Regulamento Municipal do Transporte Público em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi o qual foi aprovado por unanimidade. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

#### **8 – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Arganil.** -----

-----Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** que referiu que fazendo jus à minha juventude já referida nesta Assembleia, não queria deixar passar e referir com agrado a aprovação do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Arganil, que acredito se poderá constituir como um espaço privilegiado para a definição e execução de uma política municipal de juventude que acredito que terá em conta aspectos importantes nomeadamente emprego, formação profissional, habitação, educação, ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social, que são matérias que, cada vez mais, representam desafios para todos os jovens. Não queria deixar de referir também que tal como acontece noutras áreas, também na juventude o associativismo tem assumido um papel de grande destaque no nosso concelho e que estas Associações desempenham um papel de extrema importância nas suas comunidades. Por outro lado, também me parece que o Conselho Municipal pode constituir-se como oportunidade privilegiada de reforçar a colaboração que já existe entre as diferentes Associações juvenis do Município que convém sublinhar, mesmo sem a existência deste Conselho, sempre foi promovida pelo actual Executivo, levando nomeadamente à criação de um evento que hoje é uma referência para todos os jovens do concelho, e que vem deste trabalho em conjunto de todas as Associações juvenis do concelho, o Arganil Rock. Queria também reforçar que, numa altura em que continuamos a referir o afastamento dos jovens da política e de outras formas de intervenção cívica, parece-me fundamental a criação de organismos como o Conselho Municipal da Juventude, com o qual os jovens se possam identificar, onde a linguagem e hoje já falámos de várias linguagens e de facto o “politiquês” às vezes não tem nem se aproxima muito da linguagem dos jovens e parece-me importante que exista um Conselho Municipal que seja um espaço para os jovens e que a linguagem e os assuntos debatidos sejam reflexo das preocupações e das necessidades que eles identifiquem no seu próprio concelho e que desta forma possam ser mais interventivos na estratégia que é definida para a juventude no concelho.-----



Assembleia Municipal

-----Não queria deixar de referir que assumo a minha juventude como um dia mais tarde assumirei o passar dessa minha juventude, que assumirei sempre as funções com a mesma humildade e com a mesma responsabilidade com a qual me identifico. Às vezes, o que é, pode também não parecer.-----

-----Interveio a **Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves** dizendo que é com agrado que recebemos a notícia de que o Conselho Municipal de Juventude vai ser criado no concelho de Arganil, uma vez que este concelho era o único que ainda não tinha esta estrutura a funcionar, não por falta de propostas especialmente efectuadas pelo Partido Socialista; lembro que desde 2005 que o partido tem vindo a propor a criação desta estrutura e mais recentemente em Fevereiro de 2012 a lei também obrigava os Municípios a criarem este serviço no prazo de 6 meses, ou seja até Agosto de 2012 e nada foi feito, apesar de novo alerta feito pelo Vereador do Partido Socialista em Novembro desse mesmo ano. Por isso esperemos que a criação desta estrutura não seja apenas pela imposição da lei, mas por uma vontade genuína de reconhecer a importância de uma política municipal de juventude na qual os jovens participem na sua concepção, se revejam nos seus princípios e colaborem na sua implementação, contribuindo deste modo para a construção do futuro.-----

-----O **Senhor Deputado Eugénio Fróis** referiu que se há alguma coisa que voto com agrado, é este Conselho da Juventude; esta bancada que é muito rejuvenescida e da qual eu sou o único “sobrevivente” bateu-se com força, com veemência, com as armas que teve, por esta decisão que hoje aplaudo com grande regozijo; é caso para dizer que “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura” e parabéns à juventude, que tenham esse entusiasmo. Nesta lógica de pensamento, num futuro prazo, ainda vamos aqui votar, por exemplo, o Orçamento Municipal participativo, que tem sido uma das lutas e que eu acredito que havemos de ter esse bom resultado com o aval dos autarcas.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu que a primeira lei que foi aprovada previa que o Conselho Municipal de Juventude fosse um Órgão do Município, isto é, que não tivesse tanto uma perspectiva de alguma forma consultiva, mas que fosse um órgão como é a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a Assembleia Municipal; por absurdo, se o Conselho Municipal de Juventude decidisse que todos os jovens do concelho iriam fazer um mês de férias às Bahamas, a Câmara Municipal não se poderia opor. Depois de uma longa batalha da Associação Nacional de Município, foram corrigidos os preceitos constitucionais que estavam em clara violação, na primeira versão da lei, e hoje a lei já se coaduna com a perspectiva de um Conselho de natureza consultiva, neste caso, com a temática da juventude. Uma vez que falámos já várias vezes em programas eleitorais, também estava no nosso programa eleitoral de 2013 o compromisso de criar o Conselho Municipal da Juventude.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

**11 – Para conhecimento, listagem de contratos plurianuais celebrados entre 24 de Janeiro de 2014 e 01 de Abril de 2014, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais. -----**

-----Não houve pedidos para intervenções. -----

**12 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----**

-----Não houve pedidos para intervenções. -----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a todos o contributo e as participações na sessão, especialmente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça e à população que nos aqui acolheu nestas magnificas instalações; também uma palavra de apreço aos funcionários da Câmara Municipal, que não só estiveram aqui a acompanhar-nos, como também possibilitaram toda a logística para que estivéssemos aqui com conforto. -----

-----Sendo catorze horas e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

-----Colocado à votação o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Arganil, foi aprovado por unanimidade. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

### **9 – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento de Trânsito, Circulação e Estacionamento de Duração Limitada do Concelho de Arganil. -----**

-----Interveio o **Senhor Deputado António João Lopes** para propor que no artigo 32º em que falam que o documento de residente tenha um ano de vida, proponho 3 anos; no artigo 34º diz que termina no fim do ano civil, ora isto aumenta a burocracia no dia 31 de Dezembro; propunha que terminasse no fim do ano do documento – se o documento foi passado a 10 de Abril, termina do dia 10 de Abril do ano seguinte. Todos os dias terminavam, todos os dias se iniciavam, evitava assim uma concentração burocrática no dia 31 de Dezembro respectivo.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que este documento já esteve em discussão pública, foi a reunião de Câmara, neste momento o que está em causa é a aprovação ou não do Regulamento e não alterações ao mesmo.-----

-----Colocado à votação o Projeto de Regulamento de Trânsito, Circulação e Estacionamento de Duração Limitada do Concelho de Arganil, foi aprovado por maioria com uma abstenção do Senhor Deputado António João Lopes. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

### **10 – Apreciação e votação do Projeto de regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares. -----**

-----Não havendo pedidos de intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Projeto de regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares, o qual foi aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal

# ANEXOS





## Freguesia de Sarzedo

Concelho de Arganil

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARGANIL

Rua António Paiva Rodrigues

3300 - 407 SARZEDO AGN.

ENTRADA

DATA 2014

Ex. mo Sr.º  
Presidente da  
Assembleia Municipal do  
Município de Arganil  
Apartado 10  
3 304 -954 ARGANIL

Ano de 2014

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data

30/14

22-04-2014

**ASSUNTO: PEDIDO DE JUSTIFICAÇÃO**

Por motivos pessoais, venho solicitar a V.ª Ex.ª a justificação da minha falta, na reunião da Assembleia do dia 25 de Abril de 2014, mas de todo, não posso estar presente.

Desejo que os trabalhos decorram o melhor possível, e que mais uma vez, essa reunião enalteça o Conselho.

A pessoa que irá estar presente, para me substituir é o Senhor Tesoureiro da Freguesia, José Manuel Figueiredo Martins.

**Com os melhores cumprimentos.**

**O Presidente da Freguesia**

(Fernando Ferreira Simões)

FS/FS

Freguesia de Sarzedo | [www.jfsarzedo.com](http://www.jfsarzedo.com) / [jfsarzedo@sapo.pt](mailto:jfsarzedo@sapo.pt)

TELEFONE: 235205132 | FAX: 235208833 | CONTRIBUINTE N.º 506951359



Município de Arganil  
Assembleia Municipal

Ex.mº Senhor Presidente

Não tendo comparecido à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Arganil, designada para o dia 25 de Abril do corrente ano, e para a qual fui regularmente convocada, por me encontrar ausente do País, motivos profissionais inadiáveis, no país vizinho (Espanha), requeiro a V. Ex.ª, ao abrigo do disposto no art.º 38º do regimento, se digne dar por justificada a minha falta.

Apresento a V. Ex.ª os melhores cumprimentos, e *consideração*,

A Deputada,

*Arménia Maria Morgado Coimbra*

(Arménia Maria Morgado Coimbra)

29.04.2014

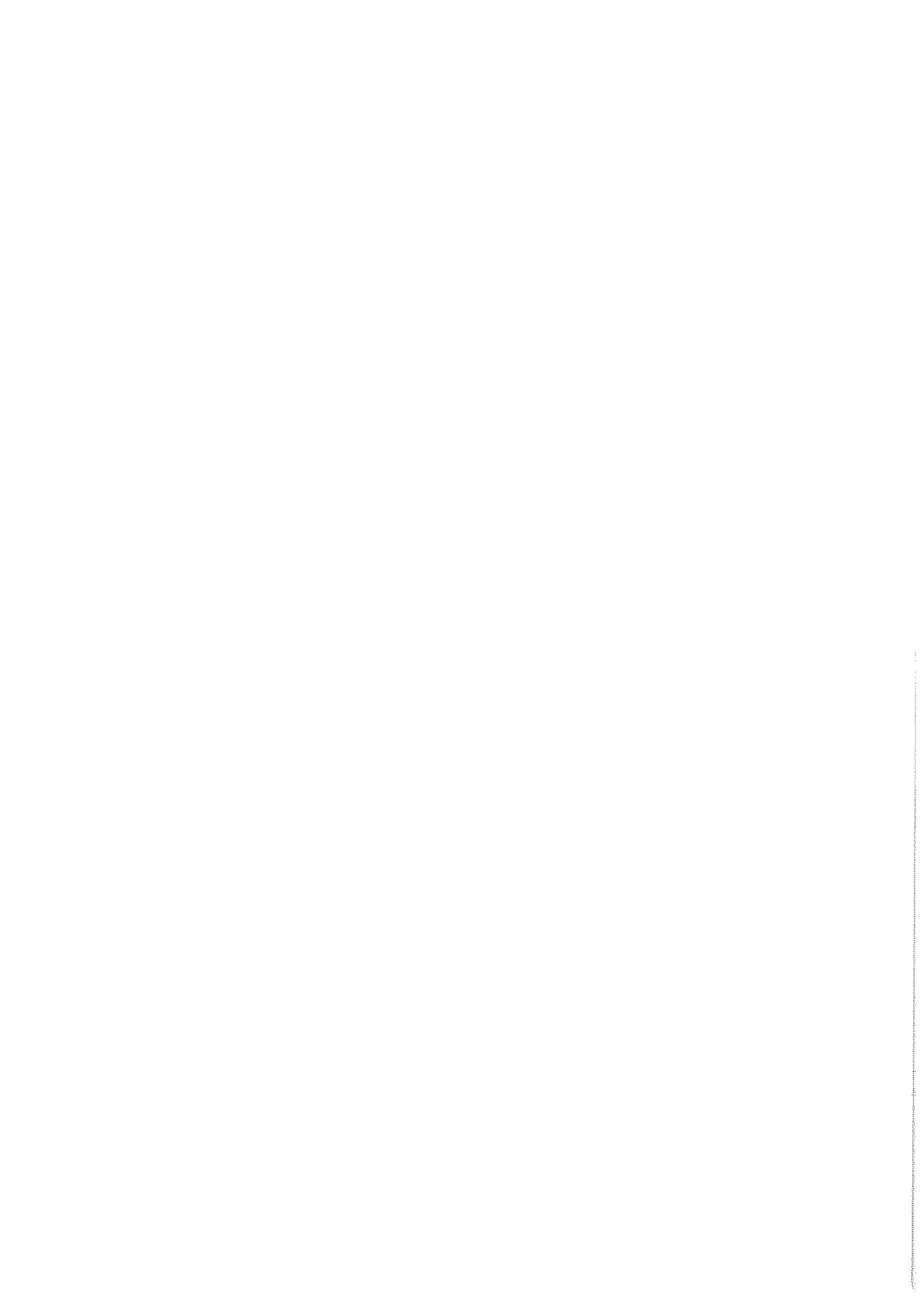




### **Moção contra o encerramento do Serviço de Finanças de Arganil**

Têm vindo a público, no decurso do último ano, “notícias” que dão conta de uma “lista” de Serviços de Finanças que, alegadamente, o Governo pretende encerrar. Dessa “lista” consta o Serviço de Finanças de Arganil, razão pela qual a Assembleia Municipal de Arganil, rejeita e repudia veementemente tal hipótese, o que faz nos seguintes termos:

1. Os desequilíbrios espaciais do nosso País, entre litoral e interior, agravaram-se brutalmente nas últimas décadas; tendo as decisões dos vários Governos contribuído, de forma negativa, para a litoralização do País;
2. Ora, ao ouvir-se falar de encerramento de Serviços de Finanças de forma tão leviana como se tem verificado, fica-se com a percepção que o País, particularmente ao nível da administração central, não aprendeu nada com a experiência dos últimos 40 anos;
3. Contudo, aconselha a experiência que o Governo aposte, final e decisivamente, no equilíbrio territorial;
4. Tal equilíbrio territorial não será conseguido, como é lógico, com o encerramento do interior;
5. Importa pois que, ao invés, o Governo aposte na desconcentração de serviços públicos, desdobrando-os até níveis mais próximos dos cidadãos;
6. Nesta sequência, as “ameaças” de encerramento de serviços públicos no interior só poderiam resultar de decisões precipitadas, infundadas e absolutamente contraproducentes;
7. Importa, isso sim – repetimos – que o Governo aposte na capacitação e dinamização do interior. Importa, isso sim, que o Governo cumpra a propalada reforma do Estado e defina um modelo de equilíbrio territorial, absolutamente determinante para a sobrevivência do País;
8. No caso dos Serviços de Finanças, a lógica que se impõe é de reforço de competências; não é de encerramento;
9. Na era digital, estamos certos que a grande maioria das funções desempenhadas pelos serviços da Autoridade Tributária nas instalações do Parque das Nações, em Lisboa, poderiam, facilmente, ser cumpridas em Arganil ou em outro qualquer concelho do interior português. Estamos certos que o espaço é bem mais barato em Arganil do que em Lisboa;
10. O Município de Arganil reconhece o grande contributo do Serviço de Finanças de Arganil, que entre Janeiro e Setembro de 2013 cobrou 6.490.148,94€; cerca de 35.000,00€ / dia e atendeu cerca de 50 pessoas diariamente;



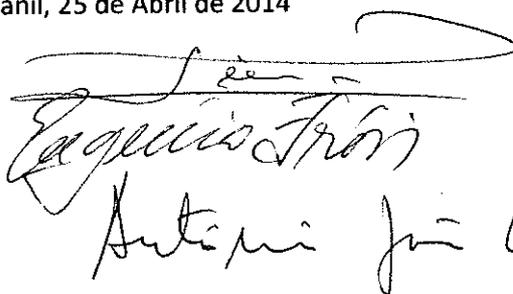
11. Mas também considera que há espaço para reforçar, muito significativamente, aquela que é a presença da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) neste Concelho;
12. Arganil está disponível para acolher novos serviços da ATA; o que se justifica plenamente, até pela sua centralidade e posicionamento estratégico. Da extensa lista de Direcções de Serviços da ATA, estamos certos que algumas poderiam funcionar com a mesma ou melhor eficácia em Arganil, e com muito maior eficiência;
13. O Governo tem a obrigação de travar os desequilíbrios regionais, que, a manterem-se serão absolutamente danosos para Portugal;
14. De facto, tais desequilíbrios regionais geraram fortes problemas sociais e políticos, para além da falta de eficiência, com os custos agravados das grandes concentrações e a falta de rentabilização de todas as oportunidades oferecidas pelo País;
15. A bipolarização do País, cuja responsabilidade recai essencialmente nos Governos das últimas décadas, é resultado de políticas caríssimas. Importa, agora, construir um País mais justo e mais competitivo, capaz de responder aos desafios do futuro.

Conclui-se, assim, que o eventual encerramento de Serviços de Finanças no interior seria um erro grave, uma irresponsabilidade e teria consequências devastadoras para o equilíbrio territorial.

Assim, porque acreditamos que o bom senso imperará, cremos que as alterações que venham a ser implementadas serão no sentido de reforçar, com meios e competências, os Serviços de Finanças do interior, eventualmente em detrimento do encerramento de alguns das grandes metrópoles.

A Assembleia Municipal de Arganil repudia a mera hipótese do seu Serviço de Finanças ser encerrado.

Assembleia Municipal de Arganil, 25 de Abril de 2014



António João Lopes

BANCADA DO P.S.D.

BANCADA DO P.S.

BANCADA DA C.D.U.

